

Beatriz Pagliarini Bagagli

**“Cisgênero” nos discursos feministas:
uma palavra “tão defendida;
tão atacada; tão pouco entendida”**

Beatriz Pagliarini Bagagli

“Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra
“tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”*

1ª edição

Campinas
IEL - Unicamp
2018

* Trecho retirado do texto “O cisgênero existe”, de Leila Dumaresq, disponível em <http://transliteracao.com.br/iladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>.

Universidade Estadual de Campinas
Reitor: Marcelo Knobel
Vice-Reitora: Teresa Atvars

Instituto de Estudos da Linguagem
Diretor: Flávio Ribeiro de Oliveira
Diretor Associado: Jefferson Cano

Publicações IEL
Coordenadora: Patrícia Prata
Projeto Gráfico: Fernanda Cabral
Layout e Arte-Final: Esmeraldo A. Santos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp
CRB 8/8624

B146c Bagagli, Beatriz Pagliarini
 "Cisgênero" nos discursos feministas: uma palavra "tão
 defendida; tão atacada; tão pouco entendida" / Beatriz
 Pagliarini Bagagli – Campinas, SP : UNICAMP /IEL/Setor de
 Publicações, 2015.
 100 p.

ISBN 9788562641190

1. Análise do discurso. 2. Feminismo. 3. Identidade de
gênero. 4. Cisgênero (A palavra). I. Título.

CDD: 401.41

Dedico este trabalho à minha mãe e meu pai e agradeço pelo apoio e suporte dados por eles que foram e são absolutamente essenciais e preciosos. Às mulheres do grupo “Mulheres em Discurso”, pelos bons encontros. Às transfeministas que tive o prazer de conhecer tanto virtualmente como pessoalmente. Às pessoas trans, travestis, transexuais, que passam a escrever enquanto sujeitos das suas próprias narrativas e realidades.

SUMÁRIO

1. Introdução	9
1.1. Contextualização: gênero e feminismo	9
1.2. A Palavra.....	13
2. Quadro Teórico	19
2.1. Enunciação e Acontecimento	19
2.1.1 Relação de Determinação e Processo de Designação	22
2.2. Formação Discursiva	24
2.3. Heterogeneidade Enunciativa	27
3. <i>Corpus</i>	33
4. Análise	41
4.1. “Mulher” nas disputas de sentido pela “identidade”	41
4.2. Modos complexos de dizer “cisgênero”	57
4.2.1. Aspas	59
4.3. Funcionamento discursivo da determinação	68
4.4. O polêmico, o lúdico e o autoritário	78
5. Conclusão	85
Referências Bibliográficas	93

Sobre a autora	97
Sobre a TL224 Publicações	99

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: GÊNERO E FEMINISMO

Piscitelli (1998) descreve como o conceito de “gênero” tem sido utilizado como categoria de análise histórica pela teoria feminista. A autora mostra a existência de uma tensão na forma como este conceito é trabalhado pelo feminismo, numa relação que vai da compreensão do conceito enquanto um presumido “avanço teórico” até a sua maior ou menor desconstrução. Tal desconstrução chegaria a apontar para os limites de uma análise que levasse em consideração tal conceito, podendo inclusive questionar a sua própria viabilidade analítica.

A princípio, o conceito de gênero fazia oposição ao conceito de sexo. Gênero, desta forma, se referia as construções sociais, culturais, psicológicas que se associariam a determinado sexo biológico. Esta visão compreende que as diferenças biológicas são localizadas na natureza e pensadas como um dado objetivo inquestionável, fazendo do sexo um dado pré-cultural que informaria uma série de atributos morais que não tem relação direta com a biologia.

Contudo, tal dicotomia tem sido questionada tendo em vista a crítica à distinção dual entre natureza e cultura; tal dicotomia, argumentam os críticos, tem sido utilizada

equivocadamente à maneira de uma explicação universal (PISCITELLI, 1998). A oposição natureza/cultura, argumentam os críticos, se constituiria não enquanto uma evidência inquestionável, mas como proveniente de uma cultura ou pensamento específicos, ocidentais. Tais críticas ao conceito de gênero pontua a autora, são bastante variadas, envolvendo diversas nuances de sentidos.

Uma das direções operadas por estas críticas irá interrogar a historicidade do próprio conceito de sexo. Desta forma, a oposição entre sexo e gênero, a princípio reivindicada pelos estudos feministas, irá paulatinamente se relativizar ou desconstruir.

Rago (1998), neste sentido, pontua que o feminismo é capaz, epistemologicamente, de questionar certas categorias tradicionais das ciências humanas, tais como sujeito e objeto, identidade e diferença. A autora propõe pensar o feminismo como capaz de realizar um modo alternativo de operação e articulação nas formas de produção de conhecimento. Um projeto epistemológico feminista, argumenta Rago, está direcionado para a desconstrução das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, se distanciando de uma busca de totalização na prática teórica, assim como a denúncia das relações de poder que perpassam (de forma constitutiva) as esferas de produção de conhecimento. Neste processo, há o desnudamento das formas de construção das unidades conceituais, interrogando criticamente seus estatutos enquanto “naturais”. O conceito de gênero, diz a autora, “desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão

relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais” (RAGO, idem).

Como aponta Coacci (2013), o movimento transfeminista se insere conjuntamente às discussões contemporâneas acerca das fronteiras do sujeito político do feminismo: a(s) mulher(res). O autor também traça um paralelo entre a questão transgênera, por meio de um resgate histórico dos Encontros Feministas Latinoamericanos e do Caribe, com as questões de raça, classe, orientação sexual e regionalidade. Tais questões passaram a ganhar espaço (enquanto formas de disputas políticas) dentro deste contexto feminista. Estas disputas dizem respeito, como aponta o autor, para “quem e quais corpos podem ou não se [reivindicar] feministas e falar pelo feminismo e quem pode ou não ser mulher”. Ele indica a existência de uma “tensão gerada pela presença de sujeitos transgêneros em espaços feministas”.

Pessoas transgêneras, neste contexto, referem-se a todas as pessoas cuja identidade de gênero não é a mesma com que foram designadas ao nascimento e, segundo Jesus e Alves (2010), são estas pessoas, tendo em vista certas especificidades das mulheres transgêneras, transexuais e/ou travestis, que o transfeminismo deve representar. Coacci (2013) também nos mostra que durante os encontros dos anos 2000 foram realizados debates sobre a permissão da inclusão de mulheres transexuais/transgêneras nestes encontros, nos quais o embate entre duas posições antagonistas ficou bastante evidente:

(...) que: a) o feminismo ainda possui “as mulheres” como seu sujeito; e que b) a discussão travada nessa plenária final

não era apenas da inclusão de novos sujeitos no feminismo, mas em última instância se essas pessoas trans eram ou não mulheres. Assim, quem reconhecia esses sujeitos como mulheres e referia-se a elas como “as” transexuais, eram favoráveis a sua participação nos encontros, enquanto aquelas que não reconheciam esses sujeitos como mulheres, que utilizavam o gênero masculino ao falar “os” transexuais, por sua vez, eram desfavoráveis. A decisão tomada na plenária final do décimo encontro permitiu que pessoas trans* pudessem participar dos próximos encontros, todavia, até hoje, essa participação não é tranquila.

Stryker (apud COACCI, 2013) denuncia a existência de um discurso presente em certas correntes do feminismo que concebe as mulheres transgêneras como “homens estupradores de mulheres” e certas reivindicações políticas deste grupo como “uma penetração não desejada no espaço das mulheres”. Identificamos na análise do corpus que esta corrente feminista relutante à participação de pessoas transgêneras se autodenomina usualmente como “feminismo radical”, ou também através da sigla “TERF”, que em inglês significa “Trans Exclusionary Radical Feminist”, cuja tradução seria algo como “feministas radicais trans-excludentes”.

Em contrapartida a este discurso, o transfeminismo julga ser pertinente a discussão de questões transgêneras pelo feminismo e com isso, o próprio conceito de gênero passa a ser discutido. Isso porque é justamente o caráter do gênero das pessoas transexuais que está sendo posto. A qual gênero estas pessoas pertenceriam? A partir desta problematização, inevitavelmente começou-se também a ser posto a qual gênero, afinal, pertenceriam as pessoas “não-trans”.

Em um dos poucos trabalhos acadêmicos brasileiros que tratam especificamente das polêmicas entre transfeministas e feministas radicais, Lopes (2012) conclui que

(...) a(s) história(s) das mulheres nascidas mulheres, das mulheres trans* e dos feminismos está sendo reconstruída continuamente. Não (só) nos espaços acadêmicos, nos movimentos sociais organizados, nas burocracias de Estado ou dentro das conferências feministas. Ela é guia e é guiada pelas interações sociais cotidianas que desafiam a fundação de nossos seres no mundo e de nossos senso de nós. O cotidiano é o lugar de construir e de apreender classificações. Os encontros no dia a dia vão definindo espaços – e corpos – que são e não são, simultaneamente.

1.2 A PALAVRA

“Cisgênero” é uma palavra composta por justaposição do prefixo “cis” ao radical “gênero”. O prefixo “cis”, de origem latina, significa “posição aquém” ou “ao mesmo lado”, fazendo oposição ao prefixo “trans” que significa “posição além” ou “do outro lado”. “Cisgênero” estabelece uma relação de antonímia com a palavra “transgênero”. “Transgênero”, por sua vez, é uma palavra rotineiramente utilizado como forma de designar pessoas cuja auto identificação de gênero não coincide com o gênero atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa, podendo incluir travestis e transexuais. Desta forma, “cisgênero” é utilizado para designar aquelas pessoas que não são transgêneras, ou seja, aquelas cujo gênero auto identificado está na “posição aquém” daquele atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa.

“Cisgênero”, assim como “transgênero”, funcionam frequentemente como determinações às palavras “homem” e “mulher”.

São raras as menções ao termo “cisgênero” em textos oficiais, como leis ou resoluções, trabalhos e artigos acadêmicos e mesmo em dicionários e em publicações referentes aos estudos de gênero. “Raras” para não dizer completamente inexistentes, apesar do crescente uso da palavra em espaços da internet, em especial em blogs feministas e militantes. A baixa utilização ou visibilidade do termo fora destes espaços, como em discursos oficiais/acadêmicos destoa em relação ao uso dos termos “transgênero”, “travesti” e “transexual”, sendo estes muito mais correntes, seja no uso acadêmico ou corriqueiro. Uma busca pelas palavras “cisgênero” na ferramenta de pesquisa Google de língua portuguesa e em espaço brasileiro em 25/06/2015 constou apenas 9.720 e resultados, ao passo que as palavras “transgênero”, “transexual” e “travesti” constaram, respectivamente, 313.000, 13.600.000 e 11.200.000 resultados.

Não foi encontrada, até o momento, nenhuma entrada para “cisgênero” em dicionários impressos brasileiros, contudo, é possível encontrar uma entrada para o termo no “Dicionário Informal” e no dicionário “Priberam” ambos disponíveis *online*. Também é possível encontrar um artigo na Wikipédia de língua portuguesa para “cisgênero” e versões em outras 22 línguas diferentes no mesmo portal. Recentemente, de acordo com notícia veiculada pelo portal de notícias “The Independent¹” no

¹ Disponível em <http://www.independent.co.uk/incoming/cisgender-has-been-added-to-the-oxford-english-dictionary-10343354.html?origin=internalSearch>. Visualizado pela última vez em 25/06/2015.

dia 25/06/2015, o *Oxford English Dictionary* adicionou o verbete *cisgender*.

Oliveira (2014) tece algumas considerações acerca do Dicionário Informal². A autora mostra algumas características distintas deste dicionário em relação à lexicografia tradicional. O Dicionário Informal, ao contrário dos tradicionais, acumula distintas definições para o mesmo verbete, mesmo se forem bastante semelhantes, e utiliza a popularidade entre os leitores como critério para elencar a ordem das acepções. Oliveira argumenta que o Dicionário Informal é capaz, a partir de suas características peculiares (como a baixa regulação por parte do site, o caráter interativo e construtivo por parte dos “usuários”, constituindo precisamente a sua “informalidade”), de estabelecer uma “nova relação dos falantes com a língua e com o dicionário” ao propiciar uma “escrita lúdica e criativa”.

² Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/>. Visualizado pela última vez em 25/06/2015.

Há duas definições disponíveis no portal “Dicionário Informal” para a palavra “cisgênero”. Embora semelhantes, elas apresentam algumas nuances ou pontos de deriva de sentidos que tem impactos relevantes especialmente no discurso transfeminista, já que para este discurso a palavra “cisgênero” é reivindicada enquanto uma categoria analítica mobilizada para a construção de uma teoria feminista.

Cisgênero é a pessoa que se reconhece como pertencendo ao gênero que foi compulsoriamente designada quando nasceu. Ou seja, nasceu com um pênis e por conta disso, foi compulsoriamente designado como homem e se reconhecem como homem; nasceu com vagina e foi compulsoriamente designada como mulher, e se reconhece

como mulher. Maria ficou grávida de João, e no ultrassom o médico descobriu que ele tinha um pênis e lhe disse: “A senhora está grávida de um lindo menino”. Quando João nasceu, ele foi registrado como menino, afinal de contas, ele tinha um pênis. E nessa sociedade, legitima-se como homem aqueles que têm pênis. Conforme João foi crescendo, ele se apropriou dessa identidade masculina e se reconheceu como homem. João nunca teve qualquer problema em se ver como homem, e se sente muito bem sendo homem. João é cisgênero.

Pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado no seu nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo e o seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse sexo. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2012), cisgênero é “um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero”.

A primeira definição, bastante afeita às conceituações transfeministas, menciona a existência de um “gênero compulsoriamente designado ao nascer”, o que já denota a tomada de um posicionamento quanto ao estatuto da existência social do gênero. Esta perspectiva, segundo a qual leva em consideração o caráter explicitamente “compulsório” de toda atribuição de gênero ao nascimento, faz contrapor visões ou posicionamentos que tomariam esta atribuição como mera evidência constatatativa ou não violenta. Contudo, a mesma definição não toma enquanto questão a nomeação de “pênis” e “vagina” como fazendo parte deste mesmo processo de atribuição compulsória de gênero, fazendo uso destas nomeações “pênis” e “vagina” enquanto formas transparentes de descrição da conformação morfológica com a qual os

indivíduos “nascem com”, fazendo funcionar um efeito de pré-construído. Neste aspecto, esta construção descarta outras formulações possíveis, tais como “seu genital foi compulsoriamente designado como pênis ou vagina” ou mesmo “foi compulsoriamente designado tendo em vista a existência de um genital”.

A segunda definição fala acerca de uma “concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo”, além de falar em “comportamento” e “papel” considerados “socialmente aceitos” para determinado sexo. Embora possam ser tomadas a princípio como construções de sentidos parecidas ou mesmo idênticas em comparação com a definição anterior, vale ressaltar que a primeira definição não fala em “sexo biológico” como a segunda, o que pode implicar em diferentes perspectivas quanto ao estatuto do gênero. Ao contrário da segunda, a concordância não se dá entre algo da esfera da “identidade” (que remeteria algo em relação à construção tanto subjetiva quanto social) em relação a uma esfera da “biologia” (que remeteria a um aspecto da realidade empírica, contrapondo a esta faceta do gênero entendida enquanto construção subjetiva ou social) mas sim entre o que foi “compulsoriamente designado” e o que é “reconhecido” pelo indivíduo. A menção a um “sexo biológico” em contraposição a um “gênero compulsoriamente designado” gera efeitos de sentidos diversos.

Considerando ainda a parca produção acadêmica tanto sobre transfeminismo, dentro dos estudos de gênero, quanto de estudos linguísticos que analisassem a palavra “cisgênero”, a despeito destas crescentes discussões

milитantes *online*, compreendemos que este trabalho pode ser relevante como forma de construção de um diálogo entre estas distintas e diversas esferas e propiciar o debate acadêmico e político em torno destas questões.

2. QUADRO TEÓRICO

2.1 ENUNCIÇÃO E ACONTECIMENTO

O sentido na perspectiva da semântica da enunciação, como aponta Guimarães (2010) é resultado do sentido que as palavras têm na língua e que se atualiza no momento da enunciação (a língua posta em funcionamento por aquele que fala), se afastando de concepções referencialistas ou cognitivistas. A enunciação é entendida enquanto um acontecimento, se dando através de uma relação com a memória interdiscursiva.

Guimarães (2005) afirma que pelo fato do acontecimento de linguagem se dar nos espaços de enunciação ele é constituído pelo político. O autor compreende o político fora de concepções negativas, segundo as quais tratariam a política como manifestação da falsidade ou enganação. Guimarães (idem) entende o político enquanto contradição de uma normatividade que estabelece desigualmente uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. O político, desta forma, está ligado intimamente com a divisão e conflito enquanto mediadas pelo simbólico – “o político é incontornável porque o homem fala; ele está sempre a assumir a palavra, por mais que lhe seja negada” (GUIMARÃES, idem, p. 16). Desta forma, a própria língua

é entendida enquanto dividida, visto que a enunciação se dá através deste espaço político. O espaço de enunciação, desta forma, permite compreender os sujeitos falantes enquanto seres divididos pelo político ao mesmo tempo em que constituídos pelo simbólico.

O acontecimento, segundo o autor, “não é um fato no tempo [...] ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. [...] Em outras palavras, é o acontecimento que temporaliza, não o sujeito. O sujeito é constituído na e pela temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p.12-13). A temporalidade do acontecimento enunciativo se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro e passado. Todo acontecimento de linguagem projeta, desta forma, uma latência de futuro – ao projetar sentidos passíveis de serem interpretados - ao mesmo tempo em que recorta do passado um memorável que sustenta o dizer. Este espaço de conviviabilidade de tempos que não se origina no tempo da dêixis do “eu” do locutor enquanto enuncia, mas no próprio acontecimento, argumenta o autor, é condição essencial para que haja sentido e enunciação.

Para compreender a tomada de palavra pelo locutor a partir destes espaços de dizer que dividem os sentidos, línguas e sujeitos, Guimarães propõe a análise da cena enunciativa. Esta cena constitui as figuras específicas do agenciamento enunciativo: “aquele que fala” e “aquele a quem se fala”. O locutor é agenciado a dizer conforme o espaço de enunciação distribui as línguas, as formas de

dizer, o que dizer, para seus falantes; ele é determinado, portanto, por um espaço político da enunciação (GUIMARÃES, 2011). O autor distingue o Locutor, localizado enquanto fonte do dizer, do locutor-x, este predicado a partir de um determinado lugar social e diz que o primeiro, “ao desconhecer que fala de um lugar social, desconhece que seus lugares de fala foram divididos e interditados”. A variável x representa os diversos lugares sociais possíveis. Nesta perspectiva, o Locutor é díspar em relação a si mesmo, na medida em que o Locutor só é capaz de enunciar sendo predicado por determinado lugar social.

Maingueneau (1997) também entende a cena, partindo de uma perspectiva discursiva, enquanto uma instância de enunciação que pressupõe certos “lugares” a serem ocupados pelos sujeitos falantes. Tal noção também é articulada com a de “gênero discursivo”, segundo a qual considera que o “indivíduo não é interpelado como sujeito sob a forma universal do sujeito de enunciação, mas em um certo número de lugares enunciativos” (MAINGUENEAU, 1997, p 34).

Tal perspectiva, que leva em conta esta cena, coloca a questão da subjetividade em duas facetas: o sujeito é constituído por estes lugares que lhes são em certa medida prévios assim como constitui o próprio sujeito enquanto “dono” de seu discurso. Para Maingueneau (1997), isto implica compreender uma teoria do discurso que pressuponha uma instância de enunciação enquanto efeito e possibilidade de enunciado por parte do sujeito. Desta forma, há um jogo duplo entre submissão a determinadas

regras enunciativas e subsequente legitimação ao sujeito que se submeteu a elas.

Tais lugares discursivos, pontua Maingueneau (1997), possuem relação com correspondentes lugares sociais. Contudo, tal relação não pode ser compreendida como simples correspondência de causa e efeito, tampouco reflexão transparente de uma na outra. Tal relação complexa é condição mesma para a análise do discurso; como pontua Maingueneau, a “encenação” enunciativa não é uma máscara do real, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso.

Maingueneau (1997): “o discurso, bem menos que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica.” Para o autor, a análise de discurso deve não apenas compreender a produção de determinado enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais.

2.1.1. Relação de Determinação e Processo de Designação

Para Guimarães (2007) a determinação é a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas, seja dada através de relações de sinonímia ou de antonímia; a reescrituação, por sua vez, é o procedimento enunciativo, que no fio do dizer, rediz insistentemente o que já foi dito através, por exemplo, das relações de determinação ou predicação; a articulação é uma relação de contiguidade entre elementos linguísticos significados pela enunciação. Desta forma, a relação do enunciado com o texto é

tomada como uma relação transversal, não segmental. (GUIMARÃES, 2006, 2007). Justamente pelo fato da reescrituração não operar com a identidade ou equivalência que se produz sentido sobre algo de outro modo.

Guimarães (2007) também relativiza a tradicional distinção entre determinação e predicação. Para o autor, toda relação de predicação envolve de certo modo a determinação e vice-versa. A diferença entre os dois processos está, pontua o autor, na conexão entre o sintático como semântico. A relação de determinação se dá na medida em que os determinantes não estabelecem uma relação de necessidade com os determinados (não há nada na natureza de determinada expressão que implique necessariamente certa relação de determinação), desta forma, a relação de determinação é construída pela enunciação.

Nesta perspectiva, os sentidos das palavras não se dão enquanto classificação de objetos, mas sim pela relação que as palavras estabelecem entre as próprias palavras em um determinado texto, dada a história das suas enunciações. A designação é o modo pelo qual o real é significado pela linguagem e é em si mesma elemento de sentido. Já a referência é a particularização de algo, em certas condições, por uma enunciação, sendo que só é possível referir porque as palavras designam e a cada vez que se refere, produzem-se designações (GUIMARÃES, 2007).

Guimarães também considera uma distinção entre a designação e a nomeação. A nomeação é entendida como um funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. A designação, por sua vez, supõe um agenciamento

específico da nomeação, ou seja, um modo particular de nomear um elemento a constitui. A designação, desta forma, é a significação de um nome não de forma abstrata, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2007, p.9). A designação, pontua o autor, é instável, tendo em vista que sua relação se dá entre palavras no acontecimento da enunciação.

2.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA

Estabelecer critérios que delimitem diferentes formações discursivas é uma tarefa analítica e teórica complexa. E a complexidade que pudemos observar na análise do *corpus* e na escrita deste trabalho se deu na medida em que, no próprio funcionamento do discurso polêmico, as divisões entre os sujeitos e sentidos se mostraram mais evidentes. Compreendemos também a importância de explicitar o uso e/ou a utilidade desta categoria teórica (a de formação discursiva) para a prática analítica no próprio batimento entre teoria e análise.

Há certas especificidades do corpus analisado: as posições políticas são explicitadas nos textos de tal forma que a articulação teórica com o conceito de formação discursiva parecer se tornar, a princípio, quase um dado evidente. Isto porque, nos textos analisados, há a uma forte identificação das posições sujeitos com seu “próprio” discurso, ao estabelecerem uma forte relação de antagonismo com o discurso “outro”. Encontramos diversas marcas linguísticas de heterogeneidade que

demarcam explicitamente, tanto na linearidade do fio do dizer quanto nas formas complexas de metaenunciação, a demarcação, no próprio discurso, entre o mesmo e o outro adversário.

Percebemos que quanto mais o discurso mostra a si mesmo enquanto antagonista em relação a outro discurso, a prática de delimitar diferentes formações discursivas parece, nesta medida, quase uma tarefa de nomear o que já estava dado e funcionando como evidência desde o princípio. Quanto “maior” polêmica, “maior” a evidência da divisão das posições de sujeitos e dos sentidos. Ao mesmo tempo, se afirmamos a existência desta marcada divisão, afirmamos igualmente a interdependência dialógica entre os discursos antagonistas.

Maingueneau (1997) aponta que uma formação discursiva, além de pressupor a existência de um conflito social, uma língua, ritos e lugares institucionais de enunciação, pressupõe uma vinculação a determinado grupo, que pode ser sociologicamente descrito. Segundo o autor, para a perspectiva da análise do discurso, não se deve estabelecer uma relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e seu discurso; há, desta forma, uma imbricação do discurso com seu respectivo grupo.

Pretendemos analisar neste trabalho o espaço discursivo - como define Maingueneau (2008) - das formações discursivas (FD) transfeminista/feminista radical em suas relações de polêmica como interincompreensões. Entendemos os discursos na relação com sua exterioridade constitutiva com o Outro (discurso). Neste sentido, como postula o autor, há o primado do interdiscurso sobre o

discurso: “[o discurso remete] menos a um conjunto de textos efetivos do que a um conjunto virtual, o dos enunciados que podem ser produzidos de acordo com as restrições da formação discursiva” (MAINGUENEAU, *idem*). O autor irá considerar uma oposição entre o conceito de formação discursiva, entendido como “um sistema de restrições de boa formação semântica”, com o de superfície linguística, que se refere “ao conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema”. Este sistema de restrições está mais associado à sua função de filtro de enunciados remetidos ao interdiscurso do que propriamente um gerador de enunciados, regendo, desta forma, a conformidade de um enunciado às restrições da formação discursiva que lhe corresponde.

O espaço discursivo, juntamente com o universo discursivo e o campo discursivo, compõe uma tríade conceitual proposta por Maingueneau (2008) a fim de compreender a noção de interdiscurso. Enquanto o universo discursivo, que remete a “extensão máxima a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados”, passando então para o campo discursivo, entendido como “um conjunto de formações discursivas em concorrência”, é através do espaço discursivo que o analista pode definir zonas insulares, a partir do que ele julga ser relevante para a análise.

Considerar o primado do interdiscurso e sua heterogeneidade constitutiva irá nos afastar de qualquer concepção essencialista acerca da coerência semântica de cada formação discursiva. Portanto, nesta perspectiva não podemos considerar a pré-existência de um sentido

primordial que uma FD antagonista posteriormente “deturparia”. Trata-se, ao contrário, de compreender a polêmica como um conflito regrado que gera a própria unidade de cada FD e o funcionamento intradiscursivo (ou da superfície discursiva).

Este caráter heterogêneo de todo discurso (que aponta igualmente para o seu descentramento e não autonomia), como aponta Maingueneau, faz da interação semântica entre FD antagônicas parecer como um processo de tradução, no qual as categorias do Outro são introduzidas no intradiscurso por meio das próprias restrições semânticas do Mesmo; constituindo, nesta relação, o que o autor denomina como simulacro.

Quanto a certas especificidades do discurso polêmico, o autor aponta que o caráter violento e injurioso não é suficiente para especificar o funcionamento do discurso polêmico. Há na polêmica “questões que estão situadas para além dos indivíduos que enunciam” nas quais os atores envolvidos usualmente “tendem a apelar (...) indo além do objeto imediato que desencadeou a polêmica”. Desta forma, depreende-se o não pertencimento típico da polêmica às formas de interação oral espontânea e à conversação (como em bate-bocas de brigas de bar, discussões entre motoristas de carros, etc) (MAINGUENEAU, 2010). A polêmica coloca em cena conflitos que têm uma dimensão coletiva e que se inscrevem nas relações de contradição entre FD no interdiscurso.

2.3. HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

Levando em consideração o funcionamento do discurso polêmico nos textos analisados, consideramos

relevantes os estudos de Authier-Revuz acerca das diversas formas linguísticas da heterogeneidade. A heterogeneidade nesta perspectiva é trabalhada pela autora a partir dos conceitos de dialogismo de Bakhtin, de interdiscurso de Pêcheux e de inconsciente de Lacan (via psicanálise); todas estas perspectivas apontam para a relação do discurso “mesmo” em relação a um exterior “outro” que lhe é constitutivo. O “outro” não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Assumindo esta posição teórica, é feita uma crítica a uma teoria espontânea do sujeito segundo a qual tomaria o sujeito como origem de suas próprias palavras, cujo núcleo psicológico guardaria suas intenções, decisões e escolhas conscientes. Ao contrário, trata-se para Authier-Revuz, de compreender a teoria linguística de forma a evitar uma reflexão e reprodução desta “ilusão necessária e constitutiva do sujeito” no próprio processo de construção da teoria e análise.

Segundo Authier-Revuz (1998), levando em consideração este sujeito-efeito, a auto-representação efetuada pelo sujeito em sua enunciação se refere a uma posição metaenunciativa que preenche uma necessária “função de desconhecimento”. Desta maneira, se admite que esta construção de auto-reflexão não é de todo transparente ao sujeito, de forma com que o real da enunciação escape de uma apreensão homogênea, consciente e completa pelo sujeito.

Trata-se, para a autora, de não confundir o plano das representações do dizer efetuado pelo locutor com o funcionamento real na enunciação, já que esta representação efetuada parte deste princípio fundamental de desconhecimento do sujeito de sua ilusão constitutiva, e não enquanto a representação do real da enunciação; trata-se, sim, de articular teoricamente estes dois planos, no batimento entre as condições reais do dizer (a heterogeneidade constitutiva) e estas formas de representação enunciativa, passíveis de análise linguística (as heterogeneidades mostradas).

O efeito de centralidade e autonomia do sujeito é visto enquanto um produto imaginário da constituição do “eu” que foi (re)constituído a partir da sua própria divisão subjetiva. O centro do sujeito só existe através da ilusão do fantasma, cuja função é necessária e normal para o “eu” do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Neste sentido, esta perspectiva, no que se refere às concepções de língua, se distancia das perspectivas pragmáticas-comunicacionais, pois não considera a língua como um mero instrumento a ser utilizado conscientemente pelos sujeitos, já que entende a própria linguagem enquanto constitutiva da subjetividade. Desta forma, não haveria, portanto, exterioridade em relação à própria linguagem que poderia ser recuperada pelo pensamento ou intencionalidade do sujeito.

Há, para a Authier-Revuz (1998), uma ordem dos fatos do sentido que não pode ser recoberta inteiramente pelo estudo sistemático dos fatos da língua - por meio da linguística que busca restituir o UM. É necessário, pois,

reconhecer o domínio do não-UM da língua no que se refere ao que não é repetível e calculável no que tange ao próprio sentido.

Assumir esta posição impacta diretamente na forma como se compreende o próprio trabalho de interpretação do linguista ou analista frente a esta incompletude, assim como evidencia as zonas fronteiriças teóricas que ligam a linguística com seus exteriores constitutivos em relação ao sujeito, fala, discurso, instituições e sociedade. Para Authier-Revuz se trata de compreender as formas da língua presentes nos fatos metaenunciativos sem pressupor a existência de um “objeto enunciativo global” que poderia registrar ou representar o todo e o real da enunciação.

Authier-Revuz, desta forma, propõe compreender o funcionamento das formas pela qual a enunciação ao se produzir estabelece um retorno reflexivo em si mesma, gerando o efeito de um distanciamento interno por seu próprio reflexo enunciativo. Este processo, para a autora, é entendido enquanto um “fato de língua”, sustentado teoricamente pela categoria linguística de autonímia e pode ser identificado através de diversas marcas, tais como as aspas, os discursos relatados ou as glosas metaenunciativas. Se trata de um modo de dizer que produz, através desta reflexividade, um efeito opacificante sob determinado elemento do dizer.

A heterogeneidade é compreendida, portanto, através da consideração de que toda palavra, no processo de investimento de sentido, está irremediavelmente marcada enquanto uma palavra do outro ou de outros. A heterogeneidade enunciativa, segundo Authier-Revuz, diz

respeito a quatro tipos de não-coincidências: interlocutiva (entre os interlocutores); discursiva (entre discursos); entre as palavras e as coisas e entre as palavras com elas mesmas.

Segundo a autora, a heterogeneidade mostrada se refere às formas linguísticas de representação efetuadas pelo sujeito em relação à heterogeneidade constitutiva de seu próprio discurso. As formas da heterogeneidade mostrada não são reflexos fieis da heterogeneidade constitutiva presentes na enunciação, mas sim elementos da negociação ou representação fantasmática que o locutor dá da sua enunciação que se formulam como uma forma de denegação que produz um efeito de corte e sutura do dizer, ao restituir imaginariamente o UM partindo dos pontos de não-UM (AUTHIER-REVUZ, 2004). A heterogeneidade constitutiva, por sua vez, é entendida enquanto não-representável, remetendo às palavras dos outros que estão “em toda parte sempre presentes no discurso”.

A alteridade pode ser explicitada ou não nas formas das heterogeneidades mostradas. Desta forma, a autora distingue as heterogeneidades mostradas entre marcadas e não marcadas. As formas de alteridades marcadas podem remeter a um outro ato de enunciação ou a língua enquanto exterior ao discurso. As formas implícitas (não marcadas) se dão pelas aspas e itálicos não glosados, ironias, discursos indiretos livres, alusões, reminiscências e estereótipos. Esta forma não marcada de heterogeneidade mostrada se põe enquanto um dado a ser interpretado pelo leitor, já que suas marcas não são unívocas, através de índices recuperáveis no discurso em função de seu exterior (AUTHIER-REVUZ,

2004). Authier-Revuz (2004) também pontua que a relação entre estas duas formas de heterogeneidade mostradas se dão através de um continuum, uma graduação entre formas mais explicitamente marcadas até aquelas em que a presença do outro se mostra mais diluída.

As zonas de contatos entre os exteriores e interiores do discursos demonstram características profundamente reveladoras de determinado discurso. É a partir do momento em que um discurso estabelece seu ponto de limite com outro - demarcando explicitamente este ponto através das diversas manifestações da heterogeneidade - que o processo de sua própria identidade e coerência se constitui, assim como fornece forma ao sujeito enunciador. As palavras entre aspas são um exemplo marcante deste funcionamento, ao denunciar os contornos que um discurso estabelece em relação ao seu exterior.

3. *CORPUS*

O *corpus* conta no total com 49 textos, que foram enumerados de 1 a 49. Os textos serão assim citados de acordo com esta numeração ao longo das análises. Os textos foram retirados de blogs, em sua maioria, e também, em menor número, de páginas pertencentes à rede social *facebook*. Todos os textos estão disponíveis publicamente. Os textos de 1 a 19 são identificados como pertencentes à formação discursiva feminista radical e os de 20 a 49 à formação discursiva transfeminista. Todos os textos foram visualizados pela última vez em 27/04/2015. O período da constituição do corpus remonta ao primeiro semestre de 2014.

A escolha dos textos não é aleatória. Levamos em consideração que os textos escolhidos, todos provenientes de blogs feministas, auto intitulados sobretudo enquanto “transfeministas” e “feministas radicais”, são cruciais para a compreensão do funcionamento polêmico e heterogêneo do discurso tendo em vista a centralidade, neste trabalho, da significação da palavra “cisgênero”. Também entendemos que o caráter explicitamente militante dos textos é constitutivo da forma como ambos discursos significam e disputam os sentidos dentro do espaço discursivo analisado. Os textos possuem um recorte temporal que vão do ano de 2010 até 2015. Para a análise deste trabalho

só iremos considerar o material de natureza verbal, tendo em vista o referencial teórico e analítico que dispomos, assim como a pouca presença de material imagético nos textos recortados.

De acordo com Maingueneau (1997), recorrer a determinado gênero do discurso é tão constitutivo da forma discursiva quanto do seu conteúdo. O autor afirma também que o “estatuto de sujeitos enunciadore e de seus presumíveis destinatários é inseparável dos gêneros de discurso utilizados” (p.39). Assim, entendemos que para compreender os processos de disputa e divisão de sentidos em relação à palavra “cisgênero” pressupomos constitutivamente a escolha de tais textos de blogs feministas militantes. É através tanto dos gêneros quanto das formações discursivas que os enunciados se apresentam enquanto passíveis de análise discursiva e linguística.

Recortamos enunciados presentes nos textos tendo em vista a compreensão dos processos de designação da palavra “mulher” pelos determinantes “cisgênero” e “transgênero”. Para isso, nos focamos na seção 4.1. deste trabalho nas ocorrências das palavras “identidade”, “identificação” e outras relacionadas pelos enunciados para a compreensão das divisões e disputas de sentidos entre as FD; em 4.2. nos atemos à análise dos modos complexos e metaenunciativos de dizer a palavra “cisgênero”; em 4.3 focamos nos determinantes da palavra “mulher” tendo em vista a compreensão de um estatuto simbólico diferenciado das relações de determinação de palavras para cada FD; em 4.4. propomos uma análise do funcionamento distinto das FD tendo em vista uma tipologia discursiva (polêmico,

lúdico e autoritário). Entendemos que os recortes que efetuamos nos textos são representativos de cada FD; desta forma, este estudo não é exaustivo de todos os aspectos possíveis de serem analisados neste *corpus*.

- Texto 1: Longa explicação da autora anônima. https://www.facebook.com/antimisoginia/posts/620087911411201?stream_ref=10
- Texto 2: Combate à transmisoginia <http://polemicasfeministas.blogspot.com.br/2014/02/combate-transmisoginia.html>
- Texto 3: Sem título https://www.facebook.com/antimisoginia/posts/569832729770053?stream_ref=10%29
- Texto 4: NOMEIE O PROBLEMA. https://www.facebook.com/eradexysperar/posts/778970592116779?stream_ref=10
- Texto 5: A desconstrução enquanto destruição das mulheres. <https://feminismoasraizes.wordpress.com/2014/01/14/a-desconstrucao-enquanto-destruicao-das-mulheres/>
- Texto 6: É a hora das mulheres trans (sic) se afastarem do feminismo. <https://feminismoasraizes.wordpress.com/2014/03/12/e-a-hora-das-mulheres-trans-sic-se-afastarem-do-feminismo/>
- Texto 7: Tradução – Uma Crítica Feminista ao “Cisgênero”. <https://materialfeminista.milharal.org/2012/08/27/traducao-uma-critica-feminista-ao-cisgenero/>
- Texto 8: Tradução – Uma conversa sobre a questão trans. <https://materialfeminista.milharal.org/2012/08/27/traducao-uma-conversa-sobre-a-questao-trans/>
- Texto 9: Eu não sou cis (nem você). <https://milfwtf.wordpress.com/2014/06/04/eu-nao-sou-cis-nem-voce/>

- Texto 10: Ser mulher não é simplesmente “calçar nossos sapatos”!. <https://radicalista.wordpress.com/2014/08/17/ser-mulher-nao-e-simplesmente-calcar-nossos-sapatos/>
- Texto 11: Por que o feminismo radical é acusado de ser conivente com a “transfobia”? <https://radicalista.wordpress.com/2014/07/31/por-que-o-feminismo-radical-e-acusado-de-ser-conivente-com-a-transfobia/>
- Texto 12: A política de identidade de gênero machuca as mulheres. <https://radicalista.wordpress.com/2014/07/24/a-politica-de-identidade-de-genero-machuca-as-mulheres/>
- Texto 13: “Cisgênero”? Quem tem a ganhar com isso? <http://sexoimporta.tumblr.com/post/91601341149/cisgenero-quem-tem-a-ganhar-com-isso>
- Texto 14: porque eu odeio o termo “cisgênero”. <https://marefeminista.wordpress.com/2015/03/06/porque-eu-odeio-o-termo-cisgenero/>
- Texto 15: Não há um ‘ele’ em ‘ela’. <http://taticafeminista.blogspot.com.br/2014/06/nao-ha-um-ele-em-ela.html>
- Texto 16: radfem para iniciantes.txt. <https://www.dropbox.com/s/d5dm4lsdzrwh76n/radfem%20para%20iniciantes.txt?dl=0>
- Texto 17: Se “mulheres” trans são mulheres, então o que significa ser uma mulher? <https://nosotraslasbrujas.wordpress.com/2014/08/17/se-mulheres-trans-sao-mulheres-entao-o-que-significa-ser-uma-mulher/>
- Texto 18 : “Será que não é o gênero que cria o sexo?”
- <https://respirativa.wordpress.com/2014/08/29/sera-que-nao-e-o-genero-que-cria-o-sexo/>
- Texto 19: Botando a mão no formigueiro: sexo, raça, classe e “cisgeneridade”? <https://respirativa.wordpress.com/2014/08/29/sera-que-nao-e-o-genero-que-cria-o-sexo/>

- com/2014/08/06/botando-a-mao-no-formigueiro-sexo-raca-classe-e-cisgeneridade/
- Texto 20: Quem tem medo do termo ‘cis’? <http://blogueirasfeministas.com/2014/04/quem-tem-medo-do-termo-cis/>
 - Texto 21: sectarismo? <https://parlerfemme.wordpress.com/2010/11/18/sectarismoser/>
 - Texto 22: Whipping Girl FAQ: perguntas freqüentes sobre cisssexual, cisgênero e privilégio cis. <https://parlerfemme.wordpress.com/2010/07/13/traducao-a-missao/>
 - Texto 23: A verdade cisgênero. <http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-cisgenero/>
 - Texto 24: Transfeminismo é a ideia radical de que mulheres trans* são mulheres. <http://blogueirasfeministas.com/2014/05/transfeminismo-e-a-ideia-radical-de-que-mulheres-trans-sao-mulheres/>
 - Texto 25: Mulheres são sempre vítimas? <http://blogueirasfeministas.com/2014/06/mulheres-sao-sempre-vitimas/>
 - Texto 26: 30+ exemplos de privilégio cisgênero. <http://amulheralternativa.blogspot.com.br/2012/11/30-privilegios-cisgeneros.html>
 - Texto 27: Não existe “socialização masculina”. <http://esperandoporfoucault.blogspot.com.br/2014/06/nao-existe-socializacao-masculina.html>
 - Texto 28: Tropos Transfóbicos N° 7 – Socialização infantil. <http://transfeminismo.com/tropos-transfobicos-no-7-socializacao-infantil/>
 - Texto 29: Terrorismo cissexista, Transeugenia e expulsão simbólica de pessoas trans* de espaços feministas. <https://>

generoaderiva.wordpress.com/2014/04/29/terrorismo-cissexista-transeugenia-e-expulsao-simbolica-de-pessoas-trans-de-espacos-feministas/

- Texto 30: o reconhecimento do privilégio cis. <https://naomykahlo.wordpress.com/2014/06/21/o-reconhecimento-do-privilegio-cis/>
- Texto 31: O corpo da mulher cis. <http://blogueirasfeministas.com/2013/08/o-corpo-da-mulher-cis/>
- Texto 32: Descentrando o sujeito do feminismo; Desuniversalizando as mulheres: Considerações sobre feminismo e visibilidade trans*. <https://generoaderiva.wordpress.com/2014/01/31/descentrando-o-sujeito-do-feminismo-desuniversalizando-as-mulheres-consideracoes-sobre-feminismo-e-visibilidade-trans/>
- Texto 33: Meu feminismo defenderá e apoiará as mulheres que desejam incorrer em estereótipos e as que não: O paradoxo da escolha. <https://generoaderiva.wordpress.com/2013/10/22/meu-feminismo-defendera-e-apoiara-as-mulheres-que-desejam-incorrer-em-estereotipos-e-as-que-nao-o-paradoxo-da-escolha/>
- Texto 34: Da práxis do barraco e/ou certas ladainhas transdiscursivas. <https://generoaderiva.wordpress.com/2013/09/16/da-praxis-do-barraco-eou-certas-ladainhas-transdiscursivas/>
- Texto 35: Uma pequena reflexão sobre masculinidade(s). <https://generoaderiva.wordpress.com/2013/08/28/uma-pequena-reflexao-sobre-masculinidades/>
- Texto 36: Porque o transfeminismo deve englobar todas as outras lutas e todas as outras lutas devem englobar o transfeminismo. <https://generoaderiva.wordpress.com/2013/07/14/porque-o-transfeminismo-deve-englobar->

[todas-as-outras-lutas-e-todas-as-outras-lutas-devem-englobar-o-transfeminismo/](#)

- Texto 37: Onde estão as mulheres trans*? <https://generoaderiva.wordpress.com/2013/03/08/onde-estao-as-mulheres-trans/>
- Texto 38: Feminismo radical e Feminismo trans <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/05/24/feminismo-radical-e-feminismo-trans/>
- Texto 39. O cisgênero existe. <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>
- Texto 40. Disputas acerca do conceito de “privilégio” em discussões sobre privilégio cisgênero. <http://transfeminismo.com/disputas-acerca-do-conceito-de-privilegio-em-discussoes-sobre-privilegio-cisgenero/>
- Texto 41: Uma declaração de Feminismo e Mulherismo Trans-inclusivos. <http://transfeminismo.com/uma-declaracao-de-feminismo-e-mulherismo-trans-inclusivos/>
- Texto(s) 42: Introdução ao Transfeminismo textos <http://transfeminismo.com/introducao-ao-transfeminismo/>
- Texto 43: Por que transfeminismo: intersecção e empoderamento trans <http://transfeminismo.com/por-que-transfeminismo-interseccao-e-empoderamento-trans/>
- Texto 44: (sem título) <https://www.facebook.com/eduarda.lamanes/posts/10205024786953586?fref=nf&pnref=story>
- Texto 45: Sobre questões trans dentro do feminismo e análise de gênero a partir do movimento <http://transfeminismo.com/sobre-questoes-trans-dentro-do-feminismo-e-o-fortalecimento-da-analise-de-genero-a-partir-movimento/>
- Texto 46: O que é cissexismo? <http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>

- Texto 47: Críticas ao termo e à identidade cis <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/22/criticas-ao-termo-e-a-identidade-cis/>
- Texto 48: Identidades e transfeminismo <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/15/identidades-e-transfeminismo/>
- Texto 49: Cissexual, cisgênero e cissexismo: um glossário básico <https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/15/cissexual-cisgenero-e-cissexismo-um-glossario-basico/>

4. ANÁLISES

4.1 “MULHER” NAS DISPUTAS POR SENTIDO PELA “IDENTIDADE”

Foram encontradas certas regularidades na forma de significar a palavra “mulher” tanto nos discursos feministas radicais quanto nos transfeministas. No feminismo radical, “mulher”, “ser mulher” e aquilo que no discurso significa o que “faz uma mulher” se constrói fortemente em relação ao saber desta FD como “socialização feminina”. Tal “socialização” é entendida pelo feminismo radical a partir da atribuição do “sexo feminino” a determinados seres humanos que “nascem com vagina”. Se por um lado o feminismo radical toma enquanto evidência de que certos seres humanos “nascem com vagina” o mesmo não poderia ser dito (pelo menos com tanta espontaneidade ou transparência) que certos seres humanos “nascem mulheres”.

Para esta FD, se tornar ou ser “mulher” não se dissocia da dita “socialização feminina”. O sintagma “socialização feminina” é reescrito por diversas construções predicativas que descrevem a opressão e exploração sofrida pelas mulheres tais como “estupro, mutilação genital, medicalização dos corpos, aborto ilegal, aborto forçado/infanticídio em alguns países” (texto 3) e imposição

do “[...] casamento, [d]a monogamia, [d]a maternidade compulsória, [d]o papel altruísta de cuidadora solitária da alimentação, higiene e educação dos bebês e crianças, [d]os padrões doentios de beleza, [d]a hierarquia entre o público e o privado” (texto 9) e “estar sujeita a violências, [...] não somente estar sujeita a violência como ser emocional e psicologicamente violentada por uma socialização que lhe destrói sua auto-estima e seu amor próprio, desestimula sua criatividade, lhe faz se sujeitar a situações degradantes e destrutivas em nome da beleza, da aceitação social e dos padrões impostos pela feminilidade, que lhe ensina a não se expressar, se anular pelo bem coletivo, se diminuir pelo bem do ego masculino” (texto 12).

O enunciado a seguir é representativo da forma como a palavra “mulher” é significada, tanto no que se refere à condição “violenta imposta de fora” quanto à demarcação de seus limites em relação, feita através de modos de dizer metaenunciativos, em relação às “mulheres com pintos”:

(1) ser mulher é uma *condição imposta de forma violenta, condição imposta de fora*. O dia que eu abdicar dessa convicção, não poderei ser chamada de feminista, e eu me recuso a abraçar a *idéia, ou melhor a mentira*, de que há pessoas que “nascem” mulheres, e *ainda pior*, que “nascem” *mulheres com pintos*, e que podem ser aceitas como tais porque mimetizam aspectos exteriores da feminilidade que foram impostos às fêmeas da espécie humana com o intuito de rebaixá-las. (Texto 2)

A “mulher” nesta discursividade é significada sobretudo por meio do apontamento das violências às que as “mulheres” estão expostas e a necessária construção de um movimento feminista que vá “às raízes” na luta contra

esta violência. Contudo, é nítida a construção de uma “superficialidade” quanto à “feminilidade”, visto que toda forma de gênero, no que tange à feminilidade, é entendida como uma violência imposta socialmente, enquanto exterioridade, personificada pelos “estereótipos de gênero” ou os “aspectos exteriores da feminilidade” visto em (1). A feminilidade, neste discurso, ganha aspectos considerados negativos ou indesejados. Tais “aspectos exteriores da feminilidade” são entendidas enquanto maneiras de dominação patriarcais, sendo que eles estão associado explicitamente às “mulheres com pintos”. Assim, o “ser mulher” que se signifique através dos “aspectos exteriores da feminilidades”, para o feminismo radical, não é entendido enquanto uma forma possível de resistência a estas violências através de uma tomada de “identificação” por parte destes sujeitos oprimidos. “Mulher com pinto”, desta forma, ganha o contorno de uma predicação jocosa e mesmo injuriosa, denotando um contrassenso ou contradição nesta predicação.

Ao contrário, tomar o “ser mulher” ou possíveis formas de identificação pela “feminilidade” ou “femininos” enquanto uma “identidade” ou “identificação” não é visto como uma forma viável de resistência por parte do movimento feminista radical, já que se trataria da manifestação de uma perspectiva “individualista-neoliberal” (texto 8) ou “pós-moderna” (texto 5 e 8), indo na contramão da “radicalidade” ou “materialidade”. As palavras ou sintagmas referentes à “identidade”, “autoconhecimento”, “auto-identificação”, “subjetivo”, “identidade pessoal”, “indivíduo” e “sentimento” são

tomadas frequentemente à distância neste discurso em formas de dizer complexas:

(2) Eu já tive que ouvir de uma mulher hétero que se diz feminista (sem nunca ter praticado ou sequer lido sobre) que «pinto é só um pedaço de pele e carne e não define ninguém» junto com a cobrança de que eu deveria considerar sexo com pessoas do sexo masculino que “*se identificam*” como mulheres senão isso seria transfobia. (Texto 1)

(3) *Auto-identificação* não anula supremacia masculina. Uma pessoa *identificar-se* como mulher, ou como não-homem, não faz com que ela deixe de sê-lo. *Auto-identificação* não vem acima da vivência política das pessoas. *Auto-identificação*, isolada de uma vivência que se relaciona ao ser mulher em uma sociedade misógina, é só uma maneira de não nomearmos o problema. (Texto 4)

(4) Quem decide se um indivíduo é suficientemente *identificado* com para ser considerado “cis”? Ou suficientemente *não-identificado* para ser “trans”? “Cis” e “trans” não descrevem classes sociais distintas da qual a análise política pode ser extrapolada. (Texto 7)

(5) O binário cis/trans não faz (e não pode fazer) uma accountability pelas experiências das pessoas com “*identidades de gênero*” complicadas, mescladas ou alternantes; nem consigna as pessoas com relações hostis com o gênero em geral (Texto7)

(6) O gênero não é simplesmente um jogo divertido de vestir que indivíduos meramente se *identificam* com, em isolamento de todo significado contextual e histórico, mas a ferramenta mais poderosa da opressão estrutural já criada por seres humanos.

(7) A “*identidade*” influencia dentro disto, mas é complexa e, em alguma medida, é sobre se indivíduos, homens ou mulheres, respondem a essa situação ao tentar lutar pela libertação das mulheres, ou somente tentar trocar “gêneros”, ao fazer disso sobre qual “gênero” eles se *identificam* com. O que é problemático, uma vez que

ambos os gêneros masculino e feminino são, como B aponta, baseados na dominação e submissão. (Texto 8)

(8) Eu digo, realmente, se as pessoas se “*identificam*” com mulheres como um agrupamento social subordinado, isso é ótimo. Mas isso é principalmente útil se eles utilizarem essa *identificação* para realmente tentar entender a opressão das mulheres e buscar compreender como a sua realidade conduz a várias táticas e estratégias, ao invés de se focar em demandar que todas nós concordemos com uma *noção essencialista de gênero* que vê quaisquer feministas que discordam sendo difamadas como “transfóbicas”. (Texto 8)

(9) Para esclarecer: eu estou criticando essa *noção individualista do gênero* – ou um espaço sexualmente neutro de *identidade pessoal*, esse espaço de *escolha individual* – como uma *construção neoliberal*: desenvolvimento do *individualismo liberal* em um patriarcado capitalista. É um mito ideológico que obscurece as relações sociais/de poder. Não existe qualquer “*identidade pessoal*” que pode ficar para trás de como o corpo é sexuado/generizado e historicado, etc. e escolher quais desses aspectos a aceitar/rejeitar. (Texto 8)

(10) Eu não direi com qual gênero pessoas trans devem se *identificar*, porque isso é com eles. Mas isso não os faz parte do agrupamento social oprimido mulher, que é sobre como a sociedade trata as mulheres – oprimindo-as pelo bem do capitalismo. Pessoas são feitas mulheres por fazerem parte desse agrupamento oprimido – nossa “*identidade*” (ou, mais utilmente, nossas necessidades políticas) é definida por essa experiência, não por como nós nos *subjetivamente* nos “*identificamos*”. (Texto 8)

(11) Nossos nomes estão, de fato, de acordo com o nosso gênero e vocês nos acusam de “*nos identificarmos*” com eles, e isso é degradante. Em uma sociedade cuja a visão e a imposição de gêneros visa beneficiar as pessoas do sexo masculino, como então poderia a binaridade dos gêneros beneficiar a mulher? (Texto 10)

(12) Nós não “odiamos pessoas trans”, mas não podemos negar que, entre a política da “*identidade de gênero*” e o feminismo radical há, sim, uma grande discordância. [...] Gênero é muito mais do que um “*sentimento*” ou uma “*identidade*” — é uma violação contra direitos humanos de uma classe inteiras de mulheres (Texto 11)

(13) sempre complicado e polêmico tentar começar uma discussão sobre identidade de gênero, já que tudo que tem a ver com “*individualidade*” e “*escolhas pessoais*” é vangloriado e protegido com unhas e dentes por correntes feministas que concentram suas análises na esfera *individual*, ao invés de analisarem nossa sociedade patriarcal e os elementos que lhe sustentam ou que são consequentes dela levando em conta as classes de pessoas, os interesses e a posição de poder das mesmas. (Texto 12)

(14) Reduzir a experiência do que é ser mulher nessa sociedade a algo *subjetivo* definido como “*autoconhecimento/sentimento*” invisibiliza as realidades materiais impostas às mulheres e meninas desde o nascimento— independentemente das mulheres gostarem de ser “mulheres” ou não, e independentemente de “*identificação*”. Eu não vou banalizar essas realidades catastróficas a fim de “validar” as *identidades subjetivas* de alguns. Isso não é uma declaração de ódio, é uma recusa prática de priorizar a teoria da “*identidade*” sobre as vidas reais das mulheres e o que o patriarcado, infelizmente, faz com as mesmas sofram. (Texto 17)

(15) “*Se identificar*” como mulher é ter sido obrigada a entender sua exploração como algo natural. É “consentir” à exploração. Alguém que consente em ser explorada e ganha cookies patriarcais por isso não é privilegiada. (Texto 19)

Para o feminismo radical, “a política de identidade de gênero machuca [as mulheres] pois continua silenciando pessoas socializadas como mulheres, independentemente destas “se identificarem” como mulheres” (texto 12), já que a realidade do gênero não diz respeito à

“identidade individual” ou “gostos pessoais”, mas tão somente uma forma como as relações de opressão se estruturam exteriormente aos indivíduos oprimidos. Mulheres transgêneras, transexuais ou travestis desta forma, estariam ligadas, por saberes desta FD, às formas de “identificação”, na medida em que tais indivíduos se “identificam” enquanto mulheres (na medida em que não foram “socializados” como uma), se contrapondo, deste modo, às “mulheres nascidas mulheres” que podem de certa forma prescindir desta “identificação” na medida em que foram “socializadas” enquanto mulheres.

Tais construções predicativas estabelecem que tais opressões contra a “mulher” ocorrem de forma sistêmica e socialmente estruturadas entre aquelas que foram “socializadas”, desde a atribuição ao nascimento a este “sexo feminino”, enquanto “mulheres”. Tal forma de significar “mulher” é posta em forte relação de antonímia com “homem/homens” e “machos”. O centro que estabelece a “unidade essencial” (texto 5) do “ser mulher” neste discurso, além das violências sofridas, está no fato da “mulher/mulheres” ou “fêmea/fêmeas” não serem “homem/homens” ou “macho/machos”, sendo esta diferença explicitamente demarcada, visto que os “homens” e os “machos” são entendidos como aqueles que se beneficiam desta estrutura de poder que oprime as “mulheres”.

Qualquer forma de significação da palavra “mulher” que inclua indivíduos que não passaram pela dita “socialização feminina”, não pertencendo, portanto, ao que neste discurso é entendido como “sexo feminino”,

é por vezes interpretada enquanto um contrassenso ou mesmo uma atitude essencialmente “misógina” e “anti-feminista” (texto 6). Incluir, o que no discurso do feminismo radical é entendido enquanto “homem”, ou “homens que são violentados por outros homens por serem homens inconformes” (texto 5), “homens que dizem que são mulheres” (texto 5) na “categoria de mulher” é visto enquanto uma perigosa e anti-feminista “destruição niilista da classe de mulheres”(texto 5), assim como uma forma de intrusão indesejada de ideologias “individualista-neoliberal” (texto 8) e “pós-moderna” (texto 5 e 8) no feminismo.

Certos pontos de equívoco quanto estas formas de significar “mulher” se dão a partir do confronto polêmico entre o feminismo radical e o transfeminismo. Isto porque, muitas das formas que, no feminismo radical, servem para descrever as formas de violências contra “mulheres” também são apontadas como sofridas por aquelas “mulheres transgêneras”, “mulheres transexuais”, “travestis” além dos “homens transexuais” ou “homens transgêneros” pelo transfeminismo. Tais formas de significar mulher não se encontram no discurso do feminismo radical; este traduz, através de construções predicativas, tendo em vista as coerções de suas próprias restrições semânticas, o que no transfeminismo é designado como “mulheres transexuais, transgêneras ou travestis” como “homens inconformes” ou “homens que dizem que são mulheres”. Além destas formas de violência “contra a mulher”, reescrituradas como “sexismo” ou “misoginia”, o transfeminismo fala acerca de certas formas de violência específicas a este grupo de

pessoas “transgêneras”, “travestis” e “transexuais”, como “transfobia”, “cissexismo” e “transmisoginia”.

Estas violências também são ricamente predicadas no discurso transfeminista. Tal violência específica contra o grupo de pessoas transgêneras é entendida por ser responsável por “[...] mata[r] pessoas, as empurra[r] para o desemprego e para a prostituição, transforma[r] pessoas em cidadãs de segunda classe” (texto 25); sendo sustentada pela crença que entende “pessoas cis como o padrão natural de gênero e corpos; ignora[ndo], apaga[ndo] ou considera[ndo] menos válidas experiências e corpos não-cis” (texto 38), fazendo com que “mulheres trans não [sejam] reconhecidas, além de serem mortas, espancadas, expulsas de casa, humilhadas, sexualizadas em critérios abusivos e com vários direitos essenciais negados por serem trans*” (texto 30) e “encontrarem barreiras estruturais e sistêmicas para alterarem seus documentos e poderem ter direito ao seu nome e ao seu gênero e, por causa disso, serem excluídas do mercado de trabalho” (texto 40), além de terem “suas experiências e identidades patologizadas” em um contexto em que “para existir politicamente como trans*, o sujeito deve passar por uma equipe médica que irá “atestar” a experiência trans*, permitindo a existência desses sujeitos na sociedade através de um laudo médico [...]” assim como “[...] só irão garantir existência jurídica [...] através do laudo médico” (texto 46). O grupo de “mulheres trans” é entendido como estando “extremamente vulnerável socialmente, correndo os riscos mais altos de sofrerem violência física e sexual e

exclusão das escolas e dos ambientes de trabalho” (texto 40).

A significação de “mulher”, portanto, se constrói diferentemente no discurso transfeminista, o que não implica dizer que não existiram pontos em comum ou sentidos sobre “mulher” que não seriam compartilhados por ambos discursos. De fato, isto implica em admitir que ambos os discursos compartilham diversos pontos em comum acerca deste memorável sobre a “mulher”. O funcionamento polêmico necessita deste “tesouro em comum” do qual Maingueneau nos fala, para que então as diferenças sejam demarcadas e disputadas no espaço discursivo; enfim, polemizadas.

Observamos o enfoque dado pelo feminismo radical nas experiências entendidas enquanto compartilhadas em “comum” por todo o grupo de “mulheres”, focando sobretudo na construção de uma espécie de unidade essencial deste grupo, enquanto que o transfeminismo aponta justamente para a diferença irreduzível entre as “mulheres”, inclusive dentro mesmo daquelas que neste discurso são designadas enquanto “mulheres cisgêneras”. O transfeminismo, desta forma, se reivindica como um “feminismo interseccional” que leve em consideração, pois, a “interseccionalidade” (textos 33, 36, 38, 41 e 45). Tal posicionamento se mostra crítico de certas perspectivas, dentro do feminismo, que insistem em demarcar uma suposta unidade ou mesmo homogeneidade no grupo das “mulheres”. Paratanto, afirmam que diversos outros fatores tais como classe, raça, regionalidade, idade, corporeidade, dentre outros, não tornariam possível uma análise que

levasse em conta uma pretensa experiência universal compartilhada das “mulheres”. Desta forma, o que é tido como a necessária “unidade essencial das mulheres” (texto 5) no feminismo radical é encarado criticamente enquanto um “mito da mulher universal” (texto 42) para o transfeminismo. Tais interações semânticas dizem respeito às formas como cada FD traduz, sob a forma do simulacro, o discurso do adversário através de suas próprias restrições semânticas.

Quanto às formas “identidade(s)”, “identificação(ões)” e “identidade de gênero” que, no feminismo radical, são mais frequentemente demarcadas à distância nas formas de desdobramento do dizer como já mencionadas acima, no transfeminismo tais formas aparecem por vezes de maneira mais transparente, tomadas espontaneamente na linearidade da cadeia discursiva, como em

(16) É por meio das palavras que fazemos nascer conhecimento, curiosidade, percepção — tudo isso muito necessário nas ainda desconhecidas *identidades trans** para o grande público.” (texto 20)

(17) se queremos desafiar a noção de que a transexualidade ou transgeneridade seja desvio é importante falarmos de cis, mostrarmos que se *identificar com o gênero* que lhe foi atribuído ao nascer é apenas uma possibilidade de *identificação* dentre as possíveis (ou seja: pessoas cis também tem uma identidade de gênero). (texto 21)

(18) Como uma pessoa que teve o sexo masculino atribuído no nascimento, mas que vive e se *identifica* com o sexo feminino, eu posso ser descrita como uma mulher transexual, uma mulher transgênero, ou uma mulher trans. (texto 22)

(19) Eu não tenho qualquer problema com nenhum tipo de feminismo realmente libertador e incluyente, mas

³ Propomos pensar o real histórico que os discursos feministas estão expostos como real do gênero. Compreendemos que os discursos feministas se remetem a certas relações sociais específicas: as relações de gênero de uma sociedade patriarcal. Consideramos estas relações sociais como uma exterioridade constitutiva dos discursos feministas. Desta forma, entendemos que os vários processos de designação de “mulher” e/ou “homem”, nos discursos feministas, significam o real do gênero. Tendo em vista a articulação do conceito de gênero mobilizado pelo feminismo e o de real, iremos partir das considerações de Guimarães (2007) acerca da relação entre real e linguagem. Este autor entende que a “partilha do real não se projeta sobre a linguagem diretamente, ela é produzida pelo modo como a enunciação produz uma certa relação entre as palavras” (p.82). Desta forma, entendemos que existem, dada a relação de litígio entre os processos de designação de “mulher” entre as FD antagônicas, formas distintas (e em disputa) de significar o real do gênero. Também levamos em consideração distinção que tece Baldini e Milán-Ramos (2000) entre o real da história e o real da língua, conceituando-os, respectivamente, como o “devir-estruturante do acontecimento”

tenho todos os problemas do mundo com feminismos transfóbicos — pois eles fazem o que a sociedade inteirinha está fazendo: retirando o meu direito de ser pessoa, pois se eu quero ser tratada como mulher, se eu me reivindico como mulher, isso significa que a minha *identidade de gênero* faz parte da minha humanidade; e ter minha humanidade respeitada é ter a minha dignidade assegurada. (Texto 25)

(20) Nossos corpos e *identidades* são desumanizados e destituídos da categoria mulher, porque a tal “essência” diz que não somos. E como tal, não somos objetos de empatia. Enquanto isso, além de sofremos o machismo cotidiano direcionado a todas as mulheres, justamente por causa dessa mesma ideia de essência defendida por certos feminismos, sofremos transfobia. (Texto 32)

Contudo, existem também formas de opacificação destas palavras no discurso transfeminista, de certa forma semelhante ao feminismo radical. Tais formas, no entanto, divergem na medida em que se instaura a interincompreensão mútua entre os discursos. Para o transfeminismo se trata de mostrar que a significação do real das relações de gênero³ através da determinação de “mulher” pelos determinantes “cis” e “cisénero” não implica, na teoria feminista, a assunção de uma perspectiva que tomasse a “identidade”, no sentido de “sentimento”, “aparência”, “expressão de gênero”, “questão de aparência” e “individualidade”. “Identidade” é então reivindicada (ou deslizada) para outros sentidos através de reescrituras e determinações: “identidade social”, “forma como uma pessoa é percebida”, “forma de se colocar no mundo” e “posicionamento”. A nomeação por “cis” e “cisénero” também pode estabelecer uma relação ainda mais distanciada em relação à “identidade”, ao reivindicar esta

forma de nomeação como “primariamente política” na medida em que prescinde de uma “política de identidades”, pois se foca na análise das “características da opressão e nas experiências vividas”.

A tensão aqui se constitui entre dizer e não dizer certos sentidos sobre “identidade”, a partir de suas relações com o interdiscurso, *ora delimitando “identidade” no sentido de “social”, “posicionamento” e não no sentido de “individual” e “sentimento” em (22) e (24); ora delimitando “cisgênero” não no sentido de “identidade”, mas no de “terminologia política” em (21) e (24). Opera neste funcionamento a estrutura X e Y no sentido de q e q’ e não no de p e p’:*

(21) Cis não é para ser uma *identidade*. Ao invés disso, o termo simplesmente descreve a *forma que uma pessoa é percebida por outras*. (texto 22)

(22) *Mais que uma palavra*, cisgênero é um *posicionamento*. E ressalte-se, quando falamos em “cisgeneridade” estamos nos referindo a uma *identidade social*, e não apenas a uma *expressão de gênero*. (Texto 23)

(23) Suponho que certas pessoas discordam do termo “cisgênero” ou “cis” por pensarem que ser trans é apenas uma *questão de aparência*, e não percebem que ser cis é, igualmente, apresentar uma *aparência*, mas que essas *aparências são oriundas de formas de se colocar no mundo e de ser (ou não) reconhecidas*. (Texto 23)

(24) O maior problema com essa crítica é pegar uma *distinção política* e transformar isso em algo dependente dos *sentimentos internos da pessoa*. O *sentimento* é uma parte importante da análise e não deve ser ignorado, mas a *terminologia é primariamente política*. Uma forma de sublinhar privilégios e desnaturalizar o gênero ou a “*identidade*” das pessoas que os possuem. Me parece bastante duvidável que as pessoas aceitem serem *identificadas* como heterossexuais ou como brancas mas não aceitem serem

e o “significante no funcionamento do valor puro”. Tais distinções permitiriam trabalhar, segundo os autores, a tensão contraditória entre as noções de “materialidade” / “positividade” com os de “valor puro” / “negatividade” – tendo em vista o primado da materialidade na constituição destes dois reais. Para os autores, trata-se de compreender “a pureza do valor como sempre já contaminada de materialidade linguística e histórica”.

identificadas como cis, que possui basicamente a mesma *função* (e como elas, possui nuances e complexidades e nem sempre é útil ao tentar lidar com casos *individuais*, sendo uma *distinção primariamente política*). (Texto 47)

(25) Esse tipo de crítica sempre me pareceu mal-guiado pois, na minha opinião, não há nenhuma necessidade da Teoria Queer ou dessa tal de “*política de identidades*” para a manutenção da maioria das teorizações que se dão dentro do transfeminismo. (Texto 48)

(26) Minha posição geral sobre terminologia e frameworks teóricos é que eles nunca sobressaem a realidade vivida e observada. Nesse sentido, não interessa se alguém se identifica ou não como negro se essa pessoa sofre opressões racistas. Não faz diferença se alguém se identifica como trans se essa pessoa sofre opressões transfóbicas. Não faz muita diferença se alguém não se identifica como cis se essa pessoa possui privilégios cis. É nas *características da opressão e nas experiências vividas* das pessoas que a análise deve se focar, não em *terminologias*, sejam elas quais sejam. E se focar nas experiências vividas inclui não ignorar as nuances da experiência de alguém que *se apresenta como cis mas não se identifica como cis*. Não ignorar as diversas formas em que diversas instituições opressoras afetam diversas pessoas diferentes de formas diferentes. Não ignorar o valor que a *auto-identificação* (ou a falta dela) tem para determinado indivíduo. Mas não é necessário usar *política de identidades* para fazer tudo isso de forma igualmente boa. Terminologia e teoria são ferramentas de luta, não são a luta. (Texto 48)

(27) Não uso “*identidade*” da mesma forma que algumas pessoas entendem o termo. Quando uso ele aqui e em outros lugares é apenas pois não existe algum termo suficientemente bom para substituir e não por eu de alguma forma endossar *políticas de identidade*. Como já abordei em textos passados, acho irrelevante usar *conceitos teóricos de identidade* para o projeto de um feminismo trans-inclusivo, mas é um termo que vulgarmente é útil e preenche um vão semântico importante. (Texto 38)

(28) Outra ideia importante a se desmontar é que pessoas cis simplesmente “sejam” o seu gênero. Todas as pessoas se *identificam* como um gênero. Todas as pessoas constroem o próprio gênero. A única diferença é que pessoas cis tem o privilégio de não perceberem que o fazem, pois esse gênero lhe é dado de bandeja desde o nascimento, criando a falsa impressão de que uma mulher cis simplesmente “é mulher” pois tem vulva, ou útero, ou seios; enquanto que uma mulher trans* “*se identifique como*” mulher, apesar de ter um pênis, ou testículos, ou barba. (Texto 49)

Depreende-se que tanto o feminismo radical quanto o transfeminismo compreendem que a realidade social do gênero extrapola as formas de identidades de gênero individuais. Ambos os discursos apontam para a relação complexa entre os indivíduos e as estruturas sociais de opressão e afirmam que as relações de gênero se estruturam independentemente das “identidades” ou “sentimentos” dos indivíduos. Contudo, a interincompreensão se instala na medida em que esta exterioridade que determina a realidade não apenas pessoal, mas coletiva do gênero, são significadas de maneiras distintas.

Os termos referentes à “identidade” são reivindicados pela FD transfeminista para a teorização feminista, mesmo que tomadas à distância em formas complexas de metaenunciação que demarcam quais sentidos para “identidade” são reivindicados. Designaremos as palavras reivindicadas por determinada FD como pertencentes a um registro positivo, ao passo que os recusados pertencem ao registro negativo. O funcionamento do discurso polêmico, pontua Maingueneau (2008, p.64), “baseia-se nesta dupla bipartição: cada polo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo,

de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo”.

Tais palavras pertencentes ao registro positivo de determinada FD na medida em que se transformam, como afirma Maingueneau (1997), em palavras-chave, não escaparão do interdiscurso. Tais palavras-chaves de determinada FD podem ser sistematicamente evitadas por uma FD antagonista. Reconhecemos também que outra forma de relação de uma FD com uma palavra-chave pertencente ao discurso antagonista se dá pelas formas, através agora do funcionamento polêmico, de tradução e/ou heterogeneidade mostrada, constituindo os simulacros.

As palavras associadas às “identidades” ocupam um lugar de observação importante para a compreensão dos sentidos sobre a palavra “cisgênero”. Este espaço de interação semântica culmina na interincompreensão mútua dos dois discursos. A divisão de sentidos sobre “cisgênero” entre as duas FDs antagônicas é resultado destas interações complexas que significam a questão identitária. Enquanto o feminismo radical aponta para uma inconciliável e extrema inadequação da palavra “cisgênero” para nomear esta realidade social exterior estruturante das relações de gênero (remetendo fortemente uma inadequação das palavras com o mundo), o transfeminismo irá apontar justamente para a sua adequação, mesmo admitindo ou ressaltando acerca complexidade do fenômeno social e mesmo quanto a não coincidência da relação palavra-mundo, especialmente nos enunciados (26), (27) e (28).

Desta forma, “cisgênero” é lido (ou traduzido), através das próprias restrições semânticas da FD feminista

radical, enquanto um termo comprometido como este discurso transfeminista antagonista traduzido como “liberal”, “individualista”, “subjativista”, “neo-liberal” e “pós-moderno”. Tal tradução é resultado do simulacro feito do discurso transfeminista, já que este discurso não significa as palavras “cisgênero” ou “identidade” da mesma forma, simbolizando as realidades estruturantes de opressão de gênero enquanto formas sociais e coletivas, e não meramente individuais.

4.2 MODOS COMPLEXOS DE DIZER “CISGÊNERO”

Nos textos analisados foi recorrente encontrarmos a constituição, tanto nos textos transfeministas quanto nos feministas radicais, de um modo de dizer complexo desdobrado em relação à enunciação da palavra “cisgênero”. Este processo produz nos enunciados que analisamos um efeito de opacidade em relação à palavra. Nesta forma de dizer a palavra “cisgênero”, há o funcionamento da conotação ou modalização autonímica (AUTHIER-REVUZ, 1990) funcionamento no qual determinada palavra é nitidamente marcada na cadeia discursiva ao mesmo tempo em que é feito uso: a palavra é explicitamente marcada, se destacando em relação ao resto da cadeia enunciativa linear e posta sob diversas formas de avaliação quanto à sua significação. O efeito produzido é do enunciador sendo observador e analista de suas próprias palavras. Há uma dupla designação operada neste funcionamento enunciativo: a de um lugar que é ocupado pelo termo que garante de um estatuto diferente na linearidade da cadeia e de uma alteridade que o fragmento

remete. (AUTHIER-REVUZ, idem). Tais avaliações que os locutores incidem sobre a palavra recaem sobretudo quanto ao seu teor político - seja ora reivindicado (registro positivo), ora rechaçado negativamente (registro negativo). “Cisgênero” se encontra no registro positivo do transfeminismo ao passo que, no feminismo radical, o termo está no registro negativo.

Levando em consideração que as polêmicas encontradas nos discursos estudados dizem respeito às divisões de sentidos sobre determinadas palavras que são demarcadas metaenunciativamente sob a estrutura *X, como nós dizemos, e não vocês* ou *X, como vocês dizem e não nós*, consideramos que há o predomínio das não-coincidências interlocutivas constatadas que fazem funcionar o dois.

Para compreender este aspecto, sigo as observações de Authier-Revuz (2004) acerca destas duas formas de não-coincidências interlocutivas, a primeira que visaria conjurar a não-coincidência local a fim de restaurar o UM e a segunda, na qual há predomínio nas formulações polêmicas, que faz constatar a não coincidência atestando o funcionamento do dois. No primeiro funcionamento, há diversas maneiras de circunscrever o não-UM interlocutivo tendo em vista a restituição do UM frequentemente através da imagem de um “nós” que enuncia, tornando possível uma partilha de sentidos em comum, de formas de assimilação destas não coincidências na voz do “eu” ou por meio do apelo à “você” que aceite – com relativo bom grado - as “minhas” palavras produzindo uma integração entre as distintas vozes dos interlocutores, mesmo que parcial, visando uma “boa comunicação”. Este primeiro funcionamento

conduz a um efeito de sentido de conciliação de vozes díspares. Já o segundo funcionamento mostra o caráter irreduzível da não coincidência interlocutiva, as duas vozes se mostram inconciliáveis à presença da outra; por isto são as formas por excelência da polêmica e do litígio de vozes. O “nós”, no primeiro funcionamento tende a ser inclusivo, enquanto que no segundo é exclusivo.

4.2.1 Aspas

As aspas constituem uma forma extremamente recorrente deste funcionamento de conotação autonímica nos enunciados analisados. O efeito produzido é de distanciamento em relação à palavra “cisgênero”. Segundo Authier-Revuz (2004), o uso de aspas produz um efeito de “suspensão de responsabilidade” sob determinado elemento do dizer. As aspas também exigem que sejam interpretadas pelo leitor, visto que não se constituem enquanto marcas unívocas de heterogeneidade quando não estão glosadas.

Os distanciamentos enunciativos que as aspas promovem, através desta fala duplicada, permite o uso de um comentário crítico feito pelo locutor em relação às palavras entre aspas. Tal funcionamento se dá através do acúmulo de uso e menção do termo. Também, segundo a autora, as aspas se fazem na “borda” de um discurso, são uma balizagem dessa zona de demarcação mediante a qual, através de um trabalho sobre essas bordas, um discurso se constitui em relação a um exterior (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229).

Podemos depreender a existência de distâncias em relação à palavra “cisgênero” se dando diferentemente nos discursos feminista radical e transfeminista. A distância enunciativa em relação à palavra é maior (mais explicitamente marcada) no discurso feminista radical por este recusar veementemente o uso político do termo. Neste sentido, é visível o maior uso de aspas na palavra “cisgênero” nos enunciados do feminismo radical em relação aos transfeministas.

(30) trans»feministas», que na verdade são transmisóginos, vêm reivindicando que o gênero feminino não é historicamente construído e arbitrário, mas essencial e biológico; que exercê-lo não é violento, e sim um «privilégio» das mulheres «cis» (Texto 2)

(31) Vestir roupas arbitrariamente atribuídas a mulheres não te faz mulher, ter seios grandes arbitrariamente atribuídos a mulheres - eu sou “cis” e não tenho - tampouco te faz mulher, adotar determinada maneira de gesticular e andar arbitrariamente atribuídas a mulheres tampouco te faz mulher (Texto 2)

(32) Nós não temos qualquer obrigação de nos deixar intimidar por seres humanos que nasceram designados para herdar todos os privilégios atribuídos a homens, foram educados para exercer tais privilégios, e querem ensinar às mulheres o que é uma mulher e como se luta pelos direitos femininos. A esse papel, eu, feminista e mulher “cis”, me recuso. (Texto 2)

(33) Se chamar uma mulher de “cis” é misoginia, chamar um homem de “cis” é só mais uma estratégia para deixar as relações de poder borradas (Texto 3)

(34) *Cis é um termo criado para categorizar pessoas que “se identificam com o desígnio de gênero que lhes foi dado como privilegiadas em relação àquelas pessoas que não se identificam com o desígnio”.* O termo

ignora que aquelas designadas biologicamente fêmeas, identificando-se ou não com a socialização generificada que lhes é imposta, a vivenciarão. E internalização. E sofrerão com isso, se rendendo ou não. O termo ignora que aquelas designadas biologicamente fêmeas estão sujeitas a opressões sobre seus corpos que pessoas designadas biologicamente machos não sofrem. (Texto 3)

(35) Nota de rodapé: As sociólogas Kristen Schilt e Laurel Westbrook definem “*cisgênero*” (comumente abreviado para “*cis*”) como um rótulo para “os indivíduos que têm uma correspondência entre o sexo atribuído ao nascerem, seus corpos e sua identidade pessoal”, ao contrário do transexual. No entanto, isso é problemático, além de confundir sexo e gênero, pressupõe a aceitação de que machos podem ser descritos como mulheres, necessitando que as fêmeas sejam redefinidas. (Texto 5)

(36) O feminismo e a teoria trans concordam que as atribuições coercitivas de gênero são uma fonte significativa de opressão. Em um exame mais próximo do conceito “*cisgênero*”, no entanto, o feminismo e a teoria trans rapidamente divergem. (...) O feminismo reivindica que o gênero é um fenômeno social muito mais complicado (e sinistro) do que esse *binário popular cis/trans* possui qualquer esperança de capturar. (Texto 6)

(37) O *binário cis/trans* não faz (e não pode fazer) uma contabilidade pelas experiências das pessoas com “identidades de gênero” complicadas, mescladas ou alternantes; nem consigna as pessoas com relações hostis com o gênero em geral. Como uma mulher-nascida-mulher que rejeita a feminilidade enquanto o destino das fêmeas, certamente não me identifico com meu gênero assignado da maneira que “*cis*” descreve. (Texto 6)

(38) Defato, ninguém que mantém visões feministas radicais/anti-essencialistas sobre o gênero pode ser considerado “*cis*” porque, pela definição dessas visões, rejeitamos o gênero enquanto uma categoria social natural (Texto 6)

(39) Nascer com genitais aparentes femininos e, como um resultado direto, ser coercivamente assignada com o gênero feminino de nascimento, não é claramente um privilégio cis, nem é socialmente equivalente à designação de gênero masculino aos homens. (...) A conformidade de gênero feminino à la “cis” não protege as mulheres (trans ou não) da opressão de gênero. (Texto 6)

(40) São eles que estão no comando e nós somos as subordinadas. Materialmente: eles controlam as instituições. Eles controlam o Estado. Eles controlam o nosso útero. A nós, as “cis”, cabem submissão, a cordialidade, os cuidados. (Texto 9)

(41) Eu não me importo se você se chama Marcelo ou Marcela, se usa saia ou vestido. Eu me importo quando o teu movimento me culpabiliza me jogando no “saco cis” e me acusando de me conformar ou me “identificar” com as opressões a mim impostas. (Texto 10)

(42) “Cis” é um termo que tem a intenção de definir uma classe opressora, mas em vez disso funciona jogando ambos o opressor e muitos dos oprimidos num buraco único, unificado. (Texto 13)

(43) Eu odeio o termo “cisgênero” porque ele diz sobre “estar em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer”. Eu gostaria de saber, de verdade, quantas mulheres estão em (total) harmonia com o gênero feminino que nos foi designado? (Texto 14)

(44) Outra desonestidade é, da mesma forma que se coloca a heterossexualidade como privilégio para a mulher tanto quanto para o homem, e isso é uma mentira deslavada, coloca-se a “cisgeneridade” como privilégio para homens e mulheres. (...) “Se identificar” como mulher é ter sido obrigada a entender sua exploração como algo natural. É “consentir” à exploração. Alguém que consente em ser explorada e ganha cookies patriarcais por isso não é privilegiada. (Texto 19)

A distância estabelecida pelo discurso transfeminista, por sua vez, é relativamente menor na medida em que a palavra pode ser frequentemente assimilada “espontaneamente” na linearidade do discurso – como nos enunciados (45); (46); (51) e (52) – por se tratar de um termo cujo registro é positivo (reivindicado). Contudo, esta distância não deixa de existir totalmente no discurso transfeminista, pois, nos trechos analisados, se trata justamente de responder a um discurso outro que rejeitaria o uso da palavra; trata-se, sobretudo, do discurso transfeminista defender o uso da palavra enquanto útil politicamente e, para tanto, explicitamente desdobrar a enunciação (acumulando uso e menção ao “cisgênero”) em favor da adequação do uso do termo no discurso feminista, opacificando a palavra por meio da modulação autonímica.

(45) o *termo cis* está sendo reclamado por pessoas trans*, e como pessoas trans* não estão ocupando cargos de poder e destaque dentro da sociedade, não estão mobilizando grandes massas — em que pesem as raríssimas exceções, por que será que ele utilizaria esse termo, não é mesmo? (...) Há o perigo de as pessoas deixarem de diferenciar a mulher trans* da *cis*, como “a mulher biológica” e a trans, “a mulher de verdade” e a trans, “a mulher” e a trans. Corre-se o risco de passarmos a legitimar as mulheres trans* como mulheres, e vice-versa para os homens trans*, passando a legitimarmos esses homens como homens. (...) Há o enorme perigo de se retirar as identidades trans* do limbo onde se encontram dentro de um grupo hegemonicamente dominado por homens *cis*, em que se fala quase que apenas de homofobia, homossexualidade, orientações sexuais e heteronormatividade; afinal, querem muitos nos convencer que transfobia, identidades de gênero, transgeneridade e cisnormatividade não existem; é tudo termo novo

criado por ativistas trans* sem ter o que fazer. (...) Falar em *cisgeneridade* em contraposição à transgeneridade, travestilidade, transexualidade dá conta do que de fato estamos falando: do campo das identidades, dos papéis, das expressões de gênero E NÃO das orientações sexuais, como inclusive grande parte das pessoas LGBT's querem continuar achando ao tratar as pessoas trans* como se fossem outro tipo de gay ou lésbica, um gay que se veste de mulher e quer/finge ser mulher no caso das mulheres trans* ou uma lésbica que se veste de homem e quer/finge ser homem no caso dos homens trans* (Texto 20)

(46) se queremos desafiar a noção de que a transexualidade ou transgeneridade seja desvio é importante falarmos de *cis*, mostrarmos que se identificar com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer é apenas uma possibilidade de identificação dentre as possíveis (ou seja: pessoas *cis* também tem uma identidade de gênero). é um passo para minar o privilégio *cis* – o privilégio de passar como normal. (Texto 21)

(47) Podemos entender facilmente o poder em potencial da terminologia *cis/trans* simplesmente substituindo na analogia acima os termos “heterossexual” por “*cissexual*”, “heterossexismo” por “*cissexismo*” e “privilégio heterossexual” por “privilégio *cissexual*”. (Texto 22)

(48) Primeiro de tudo, “*cis*” não é um termo acadêmico, é um termo que veio do ativismo. E soa como um jargão simplesmente porque a maioria das pessoas não esta familiarizada a ele. (Texto 22)

(49) Foi uma sacada excelente a de quem, lá pelos anos 2000, resolveu utilizar a palavra “*cisgênero*” para se referir a pessoas não-trans. (...) Para as pessoas transgênero bem informadas, sempre soou estranho, por exemplo, chamar pessoas não-trans de “heterossexuais”, óbvia analogia a “homossexuais” (reafirmando a confusão comum entre orientação sexual e gênero). (Texto 23)

(50) Suponho que certas pessoas discordam do termo “*cisgênero*” ou “*cis*” por pensarem que ser trans é apenas uma questão de aparência, e não percebem que ser

cis é, igualmente, apresentar uma aparência, mas que essas aparências são oriundas de formas de se colocar no mundo e de ser (ou não) reconhecidas. (Texto 23)

(51) Ninguém duvida de nós, *cis*, quando dizemos que somos mulheres. Ninguém duvida que uma mulher *cis* seja mulher independente de sua classe social ou qualquer outro aspecto de vivência, sempre somos reconhecidas como mulheres, enquanto as pessoas trans* não conseguem a mesma garantia da sociedade toda. (...) Temos o que a sociedade espera de nós: somos mulheres com vagina. Esperando isso, a sociedade vai rechaçar qualquer mulher que não tenha uma e aí começa o privilégio *cis*. Nossas vaginas não são opressoras, a sociedade é, mas por possuímos uma, nunca duvidam do nosso gênero (Texto 30)

(52) Então, me incomoda uma militância que restrinja seu foco a um tipo de corpo. Uma militância que restrinja as experiências das pessoas a uma forma de corpo, que restrinja o corpo. Que invoque ou designe o corpo da mulher *cis* como o único corpo feminino possível (...) A militância que visibiliza pessoas trans* não apaga a mulher *cis*. (Texto 31)

(53) A palavra '*cisgênero*' é um tanto quanto disputada: Tão usada; tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida. Antes de ser polêmica, a palavra é pouco consensual. Característica que não seria defeito, mas é quando há tantos detratores querendo aniquilá-la enquanto conceito. (Texto 39)

(54) Então recebo-as (as críticas), mas recuso-me a defender este '*cisgênero*' que vocês atacam. Eu quero que vejam, e compreendam de uma vez, o que é '*cisgênero*' nas bocas e nas falas das pessoas trans. (...) O que mostra que o fundamental para o sentido do termo [*cisgênero*], não é seu caráter definitório, mas nomear um interlocutor, um lugar de fala para o qual se fala. (...) a declaração da intenção trans ao nomear uma alteridade para si. Antes de ser um desejo de categorização, é o desejo de transformar em interlocutor um outro até então inacessível. (...) O núcleo duro da terminologia '*cis*-' é o

apontamento de uma nova interlocução absolutamente necessária para que haja diálogo. É, portanto, a denúncia de uma imposição de fala sobre nosso grupo. (Texto 39)

(55) Ao usar o termo “*cissexual*” e “*cisgênero*” elas descentralizaram o grupo dominante, expondo-o apenas como uma alternativa ao invés de serem a norma através da qual as pessoas trans são definidas. Eu não espero que a palavra torne-se de uso comum em breve, mas eu sinto que é um conceito interessante – um conceito feminista, de fato – e é por isso que estou usando ele. (Texto 39)

(56) A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, *cisgêneros*, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear *cisgêneridade* ou nomear homens-*cis*, mulheres-*cis* em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo *cisgêneridade*, *cis*, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque esse posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo. (Texto 39)

(57) Nomear *cis* é o mesmo processo político de nomear trans*: aponta e especifica uma experiência e possibilita sua análise crítica. (...) Ao nomearmos xs “normais” possibilitamos o mesmo, e colocamos a categoria *cis* sob análise, problematizando-a. Buscamos o efeito político de elevar o status de pessoas *cis* ao mesmo das pessoas trans*: se pessoas trans* são anormais e doentes mentais, pessoas *cis* também o são, suas identidades também não são “reais”; se pessoas *cis* são normais e suas identidades naturais, pessoas trans* também são normais e suas identidades tão reais quanto. (Texto 39)

(58) Porque, embora tenha aceito o desafio de dar-lhes algum entendimento melhor sobre o termo *cisgênero*, eu desconfio de todo pensamento que pega uma palavra ‘*cisgênero*’ e a destrincha no abatedouro analítico, usando

o afiado cutelo do método e então lhe confere um baixo preço no açougue do crivo acadêmico. Quis usar outro método, um que mostrasse a palavra viva. (...) E a quem queira refletir mais um pouco, que pense nas alternativas: pense no mundo sem cisgênero e na terrível normalidade compulsória por trás da ausência de um nome. Há muito mais que opressão por trás dos termos cis. (Texto 39)

(59) Desse modo, a *divisão cis/trans** tem um objetivo político emancipatório: é necessário revelar as necessidades específicas das pessoas trans*, suas histórias, suas posições sociais, para que seja percebido que mulheres trans*, por exemplo, não possuem o mesmo acesso/tratamento que mulheres cis. (...) É nesse sentido que a diferenciação *cis/trans** é necessária, para não englobar e unificar a categoria de mulher apagando as particularidades/interseções que podem dar outro caráter à discriminação sexista, uma vez que o sexismo não age de forma universal em relação a todas as mulheres, pois não existe uma mulher universal. (Texto 43)

Desta forma, as aspas sob a palavra “cisgênero” significam diferentemente entre as FDs transfeminista e feminista radical. Enquanto as aspas no transfeminismo vão usualmente à direção de ênfase e reafirmação do dizer, no feminismo radical elas marcam a petulância e o contrassenso do discurso do Outro. Encontramos as “aspas pedagógicas”, como pontua Authier-Revuz (2004), nos enunciados (47); (48); (49); (50); (53); (54); (55) e (58), nas quais as palavras utilizadas pela locutora-transfeminista **são atribuídas ao interlocutor para “colocar-se ao seu alcance”, numa forma de etapa para conduzir o receptor a chegar às “palavras precisas”,** as quais a Locutora adere plenamente. Em (33); (34); (35); (36); (37); (38); (42); (43) e (44), por sua vez, a palavra “cisgênero” é significada pelas aspas enquanto um engodo, uma ilusão que não designaria um objeto real,

tendo em vista que para o feminismo radical, não faz sentido uma “mulher se identificar como mulher”.

4.3. FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA DETERMINAÇÃO SEMÂNTICA

Não pretendo estabelecer uma espécie de simetria entre o discurso feminista radical e transfeminista quanto ao desdobramento do funcionamento polêmico no que diz respeito à palavra “cisgênero”. No funcionamento da polêmica no espaço discursivo analisado não se trata apenas da divisão entre um *sentido q ou p* para “cisgênero” que estaria sendo disputado entre o feminismo radical e o transfeminismo, mas a própria recusa de *todo e qualquer sentido* de “cisgênero” por parte do feminismo radical, visto que *todo e qualquer sentido* para “cisgênero” é visto (e demarcado) enquanto um exterior proveniente do discurso transfeminista.

Neste aspecto, é interessante poder notar especificidades do funcionamento discursivo na medida em que a palavra “cisgênero” no discurso transfeminista é reivindicada e afirmada quanto ao uso e menção ao passo que no feminista radical é rechaçada, negada, posta exaustivamente entre aspas. A significação da palavra “cisgênero” neste aspecto não só divide duas formações discursivas referentes a dois feminismos antagônicos, mas é revelador do funcionamento discursivo de cada um na medida em que marca uma diferença quanto a forma como cada discurso significa as relações de gênero.

Proponho afirmar como horizonte de análise neste trabalho a não somente a constatação de dois tipos distintos

de discursos feministas que se constituem mutuamente pela incessante e mútua construção de simulacros, mas observar o estatuto simbólico que a palavra “cisgênero” estabelece como disjunção nas redes de memória que significam as relações de gênero por meio das relações de determinação.

Podemos pensar estas tensões de sentidos que significam o gênero no confronto de diferentes redes de memória a partir das considerações de Guimarães (2005) sobre a noção de acontecimento enunciativo como capaz de instaurar uma determinada temporalidade que realiza recortes de sentidos no interdiscurso a partir de relações diversas com o memorável.

Quais redes de memória, nas suas ligações com os sentidos de “homem” e “mulher”, são acionadas de formas distintas no discurso transfeminista e feminista radical a partir da existência da palavra “cisgênero”, ora reivindicada ora rechaçada? Quais disjunções de sentidos sobre “homens” e “mulheres” operam pelo ora uso reivindicado ora rechaçado da palavra? Em suma: trata-se de questionar em que medida a palavra “cisgênero” é capaz de demarcar uma diferença na forma como o real do gênero é significado entre estes feminismos antagônicos e em que medida o uso reivindicado e rechaçado demarca esta diferença.

No que se refere ao modo de disputa polêmica no espaço discursivo, as contribuições de Guimarães quanto às relações de determinação de palavras são aqui também proveitosas, na medida em que “cisgênero” não é disputado e polemizado apenas enquanto palavra isolada

como simples autonomia, mas sobretudo em decorrência das determinações que esta palavra (e seu antônimo “transgênero”) estabelecem para a significação de “homem” e “mulher” por meio das relações de determinações. Em suma, se “cisgênero” é uma palavra adequada ao não para designar o real das relações de gênero nos discursos feministas isto se dá na medida em que as determinações “mulher cisgênera”; “mulher transgênera”; “homem cisgênero” e “homem transgênero” são reivindicadas ou não enquanto formas adequadas de designação frente à esta necessidade política de nomeação deste real do gênero dentro do discurso feminista; se são, portanto, referidas ao registro positivo ou negativo da FD.

Indo nesta direção, aproveito das observações de Maingueneau (1997) acerca da tematização e determinação de palavras para pensar estas formas de determinar “mulher” através da palavra “cisgênero”. O autor aponta para o fato de certas formas nominais serem, ora mais tematizadas e menos determinadas, ora mais determinadas e menos tematizadas, desvelarem um funcionamento discursivo específico no que tange a certos efeitos de estabilização ou desestabilização de sentidos.

Argumenta o autor que as formas mais tematizadas (e menos determinadas) indicam um efeito de evidência produzido pelo consenso ideológico que estabiliza sua referência, lhes assegurando um caráter de pré-construído. Estas formas mais tematizadas e menos determinadas, são, portanto, mais saturadas de sentido na sua relação com a ideologia, sob o efeito de uma maior transparência na

relação palavra-mundo, produzindo um efeito de evidência de sentido.

“Mulher” não é precisamente *menos* determinada no discurso feminista radical. Ao contrário, há uma farta enumeração de determinações ou predicções operada sobre “mulher” neste discurso que a significa ricamente. A diferença de funcionamento em relação ao discurso transfeminista está, contudo, não no fato de “mulher” ser *mais* ou *menos* determinada, mas sim no fato da determinação ter em vista construção de uma “unidade essencial”. A diferença está sobretudo no estatuto simbólico que as relações de determinação ocupam para cada formação discursiva. Em contrapartida, para o transfeminismo as relações de determinação simbolizam a impossibilidade de uma experiência universal ou unidade de “mulher”, questionando propriamente as evidências sobre a “mulher” e seus pré-construídos; tal relação se materializa teoricamente no conceito feminista de “interseccionalidade” e “diferença”.

(60) A metade da população do mundo vem passando por, pelo menos, 6 mil *anos de exploração, estupro sistemáticos, humilhação, privação de direitos, sobrecarga de deveres, violência psicológica, espoliação e rebaixamento*. Nós não temos qualquer obrigação de nos deixar intimidar por seres humanos que nasceram designados para herdar todos os privilégios atribuídos a homens, foram educados para exercer tais privilégios, e querem ensinar às mulheres o que é uma mulher e como se luta pelos direitos femininos. A esse papel, eu, feminista e mulher “cis”, me recuso. [...] Além de me recusar a aceitar - e convido todas as feministas a fazerem o mesmo - que pessoas que nascem com pênis venham nos ensinar o que é uma mulher e por que motivo somos obrigadas a

aceitá-los como “uma de nós”, temos que nos recusar, ainda, que eles possam “cagar regra” no movimento feminista, dizendo às feministas como se deve lutar pelos direitos de mulheres de maneira a incluir a todas. (texto 2)

(61) Claro que a noção de uma infância compartilhada é problemática... mesmo dentro da mesma comunidade não existem duas infâncias que sejam iguais. Em vez de reconhecer isso afirmando que o que toda *socialização feminina* tem em comum é que não é uma *socialização masculina*, a própria noção de socialização feminina foi proferida como sendo sem sentido. Em vez de reconhecer que fêmeas realmente têm múltiplas e diferentes experiências, mas o que elas têm *em comum é que elas não são machos*, a mulher como uma classe tornou-se tão sem sentido que pode incluir *homens*. (texto 5)

(62) Estamos, porque se as mulheres decidem contrariar o papel de mães, de cuidadoras, se elas decidem se reunir para falarem do que sofrem por *terem vagina, útero, mamas, progesterona, ocitocina, estrogênio, ovários, menstruação, tpm, filhos, maternidade, maternidade solo*, “assuntos cisgêneros”, elas se tornam “bucetistas”, se tornam tão imorais que merecem o isolamento, o escárnio, o xingamento, o sarcasmo, a ironia cortante. Merecemos ser colocadas no nosso lugarzinho. Fique “deste lado”. Não é isso o que significa “ser cis”? (texto 9)

Os enunciados acima são representativos do funcionamento das determinações no discurso feminista radical. A questão da “mulher” é amplamente determinada em (60) e (62) pelo funcionamento da enumeração: “anos de exploração, estupro sistemáticos, humilhação, privação de direitos, sobrecarga de deveres, violência psicológica, espoliação e rebaixamento” e “se elas decidem se reunir para falarem do que sofrem por terem vagina, útero, mamas, progesterona, ocitocina, estrogênio, ovários,

menstruação, tpm, filhos, maternidade, maternidade solo, “assuntos cisgêneros” elas se tornam “bucetistas”.

Vale ressaltar que as diversas determinações que significam a situação da mulher na sociedade funcionam como formas de determinar a própria “mulher” neste discurso feminista. Temos em vista que a significação de determinada palavra se dá de forma global em um texto através dos procedimentos de reescrituras e articulações (GUIMARÃES, 2007). Os textos provenientes dos discursos feministas apresentam recorrentemente esta maneira particular de significar a palavra “mulher” que se dá através de uma explicitação da condição ou situação de exploração social da mulher. Cabe ressaltar que em (62) o sintagma “assuntos cisgêneros” e a determinação de mulher como “bucetista” se encontram entre aspas como forma de demarcar a heterogeneidade, na direção de circunscrever as palavras de um discurso outro. Tais formas não são, no enunciado, absolutamente unívocas, e formulações como “merecemos ser colocadas no nosso lugarzinho” e “fique “deste lado”” fazem funcionar alusões ao discurso do outro através da ironia.

Em (60) a locutora-feminista radical incita as mulheres a recusarem que os “seres humanos que nasceram designados para herdar todos os privilégios atribuídos a homens” possam “cagar regra no movimento feminista”. A locutora se recusa a enunciar no mesmo espaço de enunciação em que se deva “aceitar” “pessoas que nascem com pênis” como “uma de nós”, o que implica nos processos de designação de “mulher” aceitos por este espaço. Desta forma, tão somente estas mulheres, legitimadas neste espaço de

dizer como mulheres que passaram pelos “6 mil anos de exploração”, podem dizer a melhor maneira de “incluir todas” as mulheres no feminismo. Em (61) o enunciado constrói precisamente um limite de sentido que estabelece quais processos de designação de “mulher” são enunciáveis no espaço de enunciação feminista radical. A locutora-feminista radical admite que as “fêmeas realmente têm múltiplas e diferentes experiências”, contudo, tal asserção não pode ser articulada no sentido de negar a relação de antonímia entre “socialização masculina” e “socialização feminina”, assim como entre “homem” e “mulher” e “fêmea” e “macho”.

(63) *A todo momento* temos que lidar com discursos de feministas desqualificando mulheres trans*, nos chamando de homens e estupradores, ridicularizando nossas pautas (e nossos corpos), futilizando nossas subjetividades. Não basta o machismo e transfobia dos homens cis, temos ainda que lidar com todo esse preconceito dentro do movimento. Não preciso repetir (ou talvez sim, a ignorância parece estar em alta no meio feminista) que mulheres trans* sofrem machismo. O *mesmo* padrão de beleza imposto, os mesmos machismos hipersexualizantes, as mesmas cobranças de ‘castidade’, os *mesmos* feminicídios por causa de posse, assassinatos de travestis são também, em média, feminicídios. Parceiros matam mulheres trans* por ciúmes ou por outros motivos machistas. Sobre esse assunto indico o Trans Murder Monitoring Project e um texto já publicado por mim nesse blog: O feminicídio de mulheres trans*. Os mesmo problemas de saia curta, vadia, puta, etc. recaem sobre nós. Também somos estupradas e não somos ouvidas – a situação é ainda pior em alguns países onde estuprar mulheres trans* não é crime. Por tudo isso, acho inaceitável que haja, *em pleno 2014*, feministas achando legítimo e desejável — algumas até têm prazer — a exclusão de mulheres trans*. [...] Acredito que tais

pensamentos devem ser combatidos em nossa militância, porque se queremos um feminismo ético e inclusivo, queremos um feminismo que leve em conta as condições de todas as mulheres, não só as que algumas feministas consideram dignas de empatia. Dessa forma, *vou continuar denunciando* transfobia no feminismo. Quero espaços feministas seguros. *Não me calo e convido todas as pessoas trans* a se levantarem e não se calarem* diante dessa violência massiva que temos sofrido desde que ousamos querer ser tratadx que nem gente. *Transfeminismo é a ideia radical de que mulheres trans* são mulheres! Transfeminismo é a ideia radical de que pessoas trans* são pessoas!* (texto 24)

(64) Quando não evocam a falsa socialização universal das mulheres cisgêneras, evocam os argumentos biológicos já conhecidos pelas feministas que lidam com a “ciência” machista, a qual direciona seus esforços para condenar a mulher ao papel de provedora através da essencialização do útero, ou à imagem de vaginas ambulantes (o termo pejorativo e misógino “depósito de porra” ilustra bem o perigo desse tipo de abordagem). Há formas de abordar biologia sem cairmos em essencialismos perigosos, e há formas de abordarmos teoria social sem cairmos em determinismos sociais. O ponto principal não é a teoria, pois quaisquer que sejam as premissas teóricas, *distorcem-nas para servir-lhes como embasamento de uma teoria geral da mulher que não inclui mulheres trans**. (texto 29)

(65) Se o machismo é social, se a ideia das mulheres como inferiores aos homens é uma construção perversa de uma sociedade com um sistema de sexo/gênero, se concordamos que “ser mulher” é algo subjetivo e constantemente capturado pelos discursos machistas, se entendemos que o tempo todo somos definidas em relação ao Outro, considerado mais legítimo, *porque ainda não superamos a ideia transfóbica de mulheres trans* como um engodo, uma farsa, algo ilegítimo?* Ora, se ser mulher deve ser exaltado, empoderado, se nós mulheres temos de nos emancipar e empoderar, se a mulheridade é algo a ser celebrado, porque há certos feminismos que excluem mulheres trans*? [...] Nossos corpos e identidades são desumanizados e

destituídos da categoria mulher, porque a tal “essência” diz que não somos. E como tal, não somos objetos de empatia. Enquanto isso, *além de sofremos o machismo cotidiano direcionado a todas as mulheres*, justamente por causa dessa mesma ideia de essência defendida por certos feminismos, sofremos transfobia. Somos assassinadas por sermos “falsas mulheres”. Morremos por falharmos no “ser mulher” machista reforçado justamente por esses certos feminismos. [...] *Não somos iguais. Somos diferentes. E sofremos diferentes discriminações. A única coisa que nos une é o fato de todas nos identificarmos como mulheres.* Reconhecer que somos *diferentes* em nada prejudica a luta, pelo contrário: fortalece. Precisamos *descentrar o sujeito do feminismo como a mulher universal* que mantêm laços essenciais com outras mulheres. *Desuniversalizar a categoria* irá evidenciar nossas muitas diferenças; e diferenças não nos enfraquecem, pelo contrário as diferenças é o que faz sermos únicas, é o que concede a complexidade ao “ser mulher”, caso contrário corremos o risco de cairmos no machismo do “mulheres-são-todas-iguais”. Diferenças devem ser celebradas e não silenciadas. (texto 32)

Já os enunciados acima são representativos da forma como, no discurso transfeminista, a enunciação temporaliza uma latência de futuro para significar as “mulheres”. Enunciar de forma a não incluir “mulheres trans*” no escopo de lutas feministas é representado por este discurso enquanto uma temporalidade passada a ser superada pelo movimento feminista. As formulações em (65) “porque *ainda* não superamos a ideia transfóbica de mulheres trans como um engodo” e em (63) “acho inaceitável que haja, *em pleno 2014*, feministas achando legítimo e desejável [...] a exclusão de mulheres trans*” atestam este funcionamento. Ao enunciar em (63) “Não me calo e convido todas as pessoas trans* *a se levantarem e não se calarem* diante dessa violência massiva” a locutora-

transfeminista incita às pessoas transgêneras a enunciarem tendo em vista esta nova temporalidade, cuja latência de futuro projeta os sentidos em relação a “se levantarem e não se calarem diante dessa violência”. Tal latência de futuro implica enunciar em um espaço de enunciação cujos processos de designação de “mulher” sejam possíveis através dos determinantes “transgênero”, “transexual”, “travesti” e “cisgênero”.

Tais enunciados também mostram que, antes de implicar uma latência de futuro que abraça uma polissemia absoluta em relação aos sentidos de “mulher”, o discurso transfeminista constrói, através desta abertura de sentidos sobre “mulher”, uma necessária (re)construção de unidade. Desta forma, entendemos que a polissemia aberta pelo discurso transfeminista não desemboca no exagero do *nonsense*, numa suposta abertura como destruição de todo e qualquer sentido sobre a palavra “mulher”. Ao contrário, diversas formulações dos enunciados atestam a construção de sentidos afirmados em relação à “mulher” através de determinações como “diferentes” e na formulação “a única coisa que nos une é o fato de todas nos identificarmos como mulheres”. É na diferença que se constitui a unidade e identidade do “ser mulher” como estratégia feminista.

A “diferença” neste discurso reside no fato das mulheres sofrerem diferentes discriminações e violências, e tais diferenças devem ser afirmadas e compreendidas em suas diferenças, não apagando suas especificidades. E a diferença nas formas de discriminação que recaem sobre travestis e mulheres transexuais em comparação às mulheres cisgêneras, também se relaciona com o *mesmo*:

“o *mesmo* padrão de beleza imposto, os *mesmos* machismos hipersexualizantes, as *mesmas* cobranças de ‘castidade’, os *mesmos* feminicídios por causa de posse, assassinatos de travestis são *também*, em média, feminicídios” (enunciado 63). É na constatação do *diferente* que se pode observar a presença constitutiva do *mesmo*. Tanto o fator da diferença quanto o da homogeneidade são irreduzíveis em suas presenças simultâneas.

4.4. O POLÊMICO, O LÚDICO E O AUTORITÁRIO

Também encontrei nas distinções entre discursos polêmicos, lúdicos e autoritários feitos por Orlandi (2011) uma forma para a compreensão desta diferença de funcionamento entre estes dois discursos feministas quanto à forma de significar o conceito de gênero tendo em vista a palavra “cisgênero”. Para a autora, estas tipologias se definem através do funcionamento da relação entre os interlocutores e o objeto discursivo (referente).

No discurso lúdico, os interlocutores se expõem livremente a presença do referente, permitindo a polissemia aberta; no polêmico o referente é disputado entre os interlocutores (cada um indica uma direção particularizada em relação ao objeto), resultando na polissemia controlada; no autoritário o referente está ausente e a polissemia contida. (ORLANDI, *idem*). A autora ainda designa os excessos associados a cada tipo de discurso, respectivamente, ao *non-sense*, à injúria e ao assujeitamento total ao comando. Quanto à relação entre os interlocutores, a autora coloca a importância da noção de reversibilidade entre ouvinte e locutor para

compreender os distintos funcionamentos discursivos. No discurso lúdico, a reversibilidade entre locutor e ouvinte é total; no polêmico ela se dá sob condições controladas enquanto que no autoritário procura-se estancá-la.

Diríamos em caráter relativo e não essencial, que, partindo da análise do espaço discursivo (polêmico), o discurso feminista radical atesta um funcionamento que tende para o discurso autoritário enquanto o transfeminista, para o polêmico ou o lúdico (em certos aspectos). O discurso transfeminista, ao reivindicar o uso da palavra “cisgênero”, teve que se abrir à polissemia, às formas de significar o gênero pelo “cisgênero”, através de uma deriva de sentidos que aponta para o lúdico quanto às formas de significar “homem” e “mulher” determinadas por “transgênero”, “transexual” ou “travesti” ao passo que o discurso feminista radical, operando pelo funcionamento inverso, retornou aos sentidos já consolidados acerca de “homem” e “mulher” pelo campo discursivo feminista, gerando um efeito retroativo na forma de significar “cisgênero” por uma ausência de sentido, visto que se trata tão somente de uma exterioridade denegada, um saber rejeitado da FD adversária.

Tal efeito de “ausência” de sentido sobre “cisgênero” na FD feminista radical indica um deslizamento metafórico de “cisgênero” para “mulher”, dadas às redes de memória e paráfrase que são próprias ao saber desta FD. Tais sentidos já consolidados sobre “mulher” e “homem” que significam o conceito de gênero se vinculam ao memorável acerca da opressão das “mulheres” e benefício dos “homens”. É a partir deste memorável que consolida estes sentidos

sobre “homens” e “mulheres” no campo feminista que vislumbramos a disjunção de sentidos entre as FD transfeminista e feminista radical. Ambos os discursos propõem a compreensão das formas de dominação da “mulher” pelo machismo e se dividem na medida em que designam “mulher” de formas distintas.

Este funcionamento está atestado nas formas como o discurso transfeminista aponta o recorte “cisgênero e transgênero” enquanto um “eixo específico de relações de privilégio e opressão” ao passo que o feminismo radical significa a palavra “cisgênero” tão somente através de um retorno às formas do Mesmo, ao já-lá da condição feminina de exploração e opressão. É desta forma que o uso de “cisgênero” é tido como uma prática despropositada e indesejada pelo feminismo radical (incidindo fortemente em uma não coincidência entre a palavra e o mundo); e o uso de “transgênero”, também vista como uma palavra estranha, demarcada à distância por diversos modos de dizer, incidindo, desta vez, mais em uma não coincidência entre os diferentes discursos ou interlocutores do que propriamente em uma disjunção entre palavra e mundo.

Desta forma, as relações de determinação alimentam os processos de paráfrase no feminismo radical, ao passo que no transfeminismo alimenta os processos de polissemia, no que tange a significação da “mulher”. Aqui sigo as considerações de Orlandi (2011) acerca da paráfrase e a polissemia “os dois grandes processos de linguagem, a matriz e a fonte do sentido” respectivamente. A autora considera a paráfrase como um “retorno aos mesmos espaços do dizer”, produzindo diferentes formulações

a partir “do mesmo dizer sedimentado”. A polissemia, por sua vez, aponta para o deslocamento e rupturas de processos de significação (ORLANDI, *idem*).

Compreendemos que há o predomínio do funcionamento da paráfrase nas formas como feminismo radical recusa os sentidos de “mulher” originados pelo discurso transfeminista, necessitando, desta forma, operar um retorno ao mesmo dizer sedimentado sobre as “mulheres” proveniente do campo feminista – mulheres são fêmeas, são socializadas enquanto mulheres, têm seus sistemas reprodutivos controlados pelo sistema patriarcal – para produzir o efeito de unidade e unicidade do grupo, frente às formulações transfeministas que questionam tais evidências – de que todas as “mulheres” seriam “fêmeas”, socializadas enquanto mulheres desde o nascimento e possuiriam os mesmos sistemas reprodutores. Desta forma, compreendemos que o transfeminismo opera um deslocamento destes sentidos sobre as “mulheres”, ao apontar que este grupo não é homogêneo no que tange às formas de opressão e corporeidade. Estes deslocamentos ou recuos de sentido incidem nos processos de designação de “mulher”.

Para tanto, as determinações “cisgênero” e “transgênero” devem ser recusadas no feminismo radical, através de uma reflexividade do dizer que coloca a palavra “cisgênero” como inadequada para nomear o real das relações de gênero (apontando para a não coincidência entre palavra-mundo) e “transgênero” como marcada à distância pertencendo a um discurso antagonista (apontando para a não coincidência entre discursos).

Poderíamos dizer que o feminismo radical é marcado através de um mecanismo paradoxal: quanto mais se determina mais se deve tematizar a “mulher”. A determinação deve estar a favor da tematização sob a forma do seu próprio apagamento: as determinações devem ser mais transparentes o possível de forma a restituir a unidade sob perigo ou mesmo perdida; predicar fartamente para dizer o que já estava lá desde o princípio, retificar o mesmo através do óbvio (“mulheres” são as “fêmeas”, em sentido contrastivo, não são “homens que se dizem mulheres”, os “machos”).

As múltiplas determinações de “mulher” neste discurso funcionam para remeter a “mulher” enquanto pré-construído, na busca da restituição da matriz de sentido sobre “mulher”. Funcionamento paradoxal este que desvela a distância (ou simplesmente não-coincidência) entre o imaginário da auto-representação da enunciação, que sustenta a ilusão do eu, do mesmo e do UM, de seu real. Suturas no dizer na via de produzir uma saturação de sentidos sobre a “mulher” tendo em vista a estabilização de um referente.

Compreendemos também que formas de determinar “mulher” adquirem funcionamentos distintos tendo em vista a temporalização recortada pelo acontecimento enunciativo. Depreendemos que a latência de futuro e passado, instauradas temporalmente pelo acontecimento enunciativo, se relacionam pelo seu aspecto funcional, respectivamente, à fonte (polissemia) e à matriz (paráfrase) do sentido.

No feminismo radical o acontecimento que instaura, no presente, o recorte de um memorável sobre a mulher precisa controlar a latência de futuro. Tal forma de controle desta latência de futuro se manifesta sobretudo nas formas de negação de determinação da “mulher” enquanto “cisgênera” e “transgênera” nas disputas de sentido que polemizam com o transfeminismo. Estancar os sentidos de “mulher” exige uma determinada forma de enunciar no que diz respeito à temporalização. Neste processo, o referente é de tal forma disputado que ele, sob o efeito imaginário do controle do futuro, se encontra quase ausente, tendo em vista a aproximação do funcionamento do discurso autoritário que impede que os diferentes interlocutores (e neste caso, diríamos também o discurso adversário) de se exporem à presença do referente.

O transfeminismo, por outro lado, não busca o mesmo efeito de sentido através das formas de determinação de “mulher”. Não se trata da restituição de uma matriz de sentido tal como no feminismo radical, mas sim de uma abertura para sentidos possíveis para “mulher”. Nesta medida de abertura de sentidos, há uma outra forma de recorte do memorável sobre a mulher tendo em vista, agora, uma latência de futuro. A determinação funciona então como forma de abertura polissêmica para as formas de significar “mulher” enquanto não-UNA. Assim, não se trata de controlar (meta)enunciativamente a latência de futuro tendo em vista a (re)constituição da unidade, mas de se jogar, pela polissemia, tendo em vista a não unidade e universalidade referentes à “mulher”. Aproximação

com o lúdico, à reversibilidade interlocutiva e abertura ao referente.

O que não significa, em absoluto, que o discurso transfeminista não opere, sob estas mesmas formas de não-UM, um necessário efeito paradoxal de fechamento do UM em relação aos “novos” sentidos de “mulher”. Tampouco advogamos a existência de um discurso feminista radical absolutamente fechado sobre si mesmo. Neste aspecto, compreendemos que não existem discursos “puros”, absolutamente lúdicos, polêmicos ou autoritários. A paráfrase e a polissemia não são modos de funcionamento estanques e dicotomizados, como pontua Orlandi, mas sim interdependentes.

O que se avista nesta análise, contudo, é uma diferença no que tange a certos aspectos simbólicos analisados a partir deste recorte analítico específico, no espaço discursivo, do funcionamento polêmico entre transfeminismo e feminismo radical. A abertura à polissemia e o fechamento em direção à paráfrase não são absolutos tanto no transfeminismo quanto no feminismo radical. Admitir isto significa compreender a heterogeneidade constitutiva como capaz de (des)estabilizar os discursos: seja pela presença do Outro transfeminista na FD feminista radical seja pela presença do Mesmo feminista radical na FD transfeminista. É na medida em que os discursos, dada suas tendências antagônicas de funcionamento, entram em interação que eles tenderão para a polêmica.

5. CONCLUSÃO

As relações de determinação que produzem distintas designações de “mulher” por meio dos determinantes “cisgênero” e “transgênero” se encontram em uma tensão constante no espaço discursivo analisado, de forma com que as próprias manifestações do gênero se dividirem entre o logicamente estabilizado (a paráfrase, a matriz do sentido) e o não-estabilizado (a polissemia, a fonte do sentido), em um ponto paradoxal em que o gênero é igual e diferente de si mesmo. Há um ponto na intersecção no espaço discursivo transfeminismo-feminismo radical que trabalha a tensão contraditória entre o todo e o não-todo do gênero.

As considerações de Orlandi (2011) sobre a desvinculação da informação (em seu aspecto discernível e segmental) do sentido (entendido como efeitos de processos discursivos) são interessantes para compreender este modo de funcionamento dos discursos feministas sobre o gênero. O sentido sobre o sexo/gênero não se resume a constatação da existência de um referente, mas, a partir do momento em que consideramos que o sentido se dá através de um efeito (possível) saímos da concepção que toma o sentido como informação enquanto reflexo transparente da relação entre linguagem-mundo ou linguagem-pensamento e passamos a compreender este

efeito de sentido como interação dialógica (efeitos entre interlocutores tomados a partir de projeções imaginárias) e histórica (dadas às condições de produção do discurso). O sentido, desta forma, não se resume ao discernível da palavra, mas a um intervalo de dizer que dá margem ao possível e ao impossível, tomado no jogo entre a completude e a incompletude.

O gênero sustenta a ilusão do Um (A Mulher) ao passo que a própria totalidade do gênero necessita de seu impensado não-todo, partindo do seu sem-sentido cisgênero que atesta que todo sexo poderia tornar-se Outro (transgênero). As FD que analisamos trabalham simbolicamente, na circulação e movimento dos sentidos, estas relações contraditórias. Relações que são ao mesmo tempo simbólicas e políticas.

O sentido da disputa se encontra no movimento entre aquilo se fecha no e pelo Mesmo discurso em redes parafrásticas e entre aquilo que se abre ao Outro discurso pela polissemia. O discurso feminista radical, ao tender para a paráfrase, se fecha aos processos que permitiriam simbolizar “cisgênero”, sob as formas das suturas metaenunciativas que preenchem a função necessária e positiva do desconhecimento. Recusa. “Cisgênero” só aparece significado neste discurso enquanto *sentido negado*, proveniente de um saber de uma FD estrangeira e adversária. O efeito produzido é de um recorte de um memorável sobre a “mulher” que temporaliza enunciativamente uma latência de passado, em direção ao fechamento do UM. Tentativas de estancamento do sentido. Não é possível abrir margens para uma latência

de futuro que torne “mulher” interpretável tendo em vista a sua não unidade ou não fechamento.

No espaço feminista, já não se pode mais falar em útero, em cólica, em menstruação, em ovulação, em clítoris, em mamas, em nada que seja DE FATO inerentemente feminino sem que se seja coagida a retirar que disse, sob pena de ser taxada de preconceituosa e discriminatória. Esse “cala a boca” que mulheres feministas têm sistematicamente recebido, quando tentam reivindicar a validade de seus próprios corpos, é uma tendência crescente e definitivamente perigosa, e é mais uma estratégia de silenciamento do patriarcado contra mulheres e sua autonomia diante de amar seus corpos. Tudo isso porque nós não os estaríamos “incluindo”, porque afinal “nem todas as mulheres” teriam vaginas. (Texto 2)

O enunciado acima é representativo desta latência de passado que constitui a temporalização do discurso feminista radical. “Incluir” nas práticas feministas mulheres que não teriam vagina implicaria enunciar a partir de uma nova temporalidade, temporalidade esta rechaçada por este discurso. Enunciar tendo em vista este deslocamento que significasse a não unicidade da “mulher” é qualificado como uma forma de “silenciamento”. O enunciado rejeita esta nova temporalidade que constituiria, nas palavras no enxerto, “uma tendência crescente definitivamente perigosa” na qual não se “pode mais falar em útero, em cólica, em menstruação, em ovulação, em clítoris, em mamas” como elementos “DE FATO inerentemente feminino[s]”. Desta forma, se advoga para a necessidade de falar destes temas tendo em vista uma temporalidade passada, na qual a reivindicação da “validade de seus próprios corpos” como “essencialmente femininos”

não poderia ser taxada ainda de “preconceituosa e discriminatória”.

Se disputa, sobretudo, através das formas de demarcação de alteridade que determinado discurso estabelece com seu exterior nesta forma de funcionamento polêmico, a designação de determinada palavra como apropriada, adequada, transparente e óbvia em contraposição às palavras incertas, inadequadas e mesmo perigosas do antagonista. A palavra “cisgênero” neste espaço discursivo transfeminista/feminista radical opera como uma espécie de divisor de águas, delimitando e realizando os cortes que determinado discurso toma para si para a constituição de sua matriz de significação (uma formação discursiva) que simboliza, em suas especificidades, as relações de gênero. Relações estas que dizem respeito às formas de compreensão das opressões de gênero que perpassam estas questões de nomeação e seus correspondentes pontos de equívoco e heterogeneidade que cada discurso antagonista (se) arma em relação ao outro nesta disputa pela simbolização mais adequada da realidade, “mais feminista”; enfim, os discursos se desdobram na e pela polêmica, cada um em nome da descrição mais precisa do real das relações de gênero. Tendendo para determinados polos de funcionamento do discurso quanto à maneira de significar estas relações.

Os estudos da linguagem têm a contribuir (ou interrogar) a teoria feminista no que diz respeito a não transparência da linguagem (na relação palavra-mundo, especialmente) no que tange os processos de designação que produzem a referência sobre a “mulher”. A linguagem,

sob égide dos estudos linguísticos, não é tomada como reflexo entre a coisa nomeada e a própria nomeação; a real da língua é exposto ao real histórico, não enquanto reflexo, mas enquanto mediação perpassada pelo político.

As polêmicas estudadas entre feminismo radical e transfeminismo apontam para a problemática das formas de representação do “sujeito mulher” na tensão daquilo que se abre ao múltiplo (polissemia) e ao uno (paráfrase). As perspectivas teóricas que mobilizamos nos permitem sair de uma oposição que suporia uma “natureza” essencial e dicotômica entre estas duas formas de (re)produção de sentidos. Não é possível falar sempre do e sobre Mesmo sem que se aviste a desestabilizadora presença do Outro; tampouco é possível falar do Outro como descolamento total de uma memória que já não o estabilizaria em direção ao Mesmo.

No que tange às formas de determinar “mulher” pelos determinantes “cisgênero” e “transgênero” tais formulações partem, do discurso feminista, de um memorável sobre a mulher a partir das histórias de enunciação do campo feminista, ao mesmo tempo em que projetam sentidos a serem interpretados. Tal interpretação, no discurso feminista, é uma interpretação feminista. Aqui se trata sobretudo de mostrar a interpretação enquanto um gesto efetuado pelo sujeito entendido como um ato simbólico que intervém no mundo, como compreende Orlandi (2011). Desta forma, podemos compreender este gesto como uma tomada de posição afirmada enquanto tal pelos sujeitos, tendo suas implicações éticas.

Determinar “mulher” no discurso feminista através das palavras “cisgênero” e “transgênero” constrói formas linguísticas profundamente opacas, elas não significam “em si mesmas” na literalidade das palavras. Levamos em consideração que é a ideologia que participa na construção de um imaginário que fornece à interpretação a qualidade de injunção, produzindo o efeito de transparência entre mundo-linguagem e pensamento-linguagem, da ordem do já dado, constituindo um “mundo semanticamente normal”. Desta forma, enquanto analista, pressuponho, para a compreensão do processo discursivo, a opacidade das formas linguísticas enquanto estágio necessário para a análise e interpretação, a fim de trabalhar este efeito ideológico elementar e constitutivo. Esta é uma posição, segundo Orlandi (2011), nem “acima” nem “além” do discurso, da história e da própria interpretação, mas deslocada e ao lado, que permite, através do batimento entre descrição e interpretação, compreender o funcionamento da circulação e formulação de diferentes sentidos, numa relação crítica com um conjunto de formações discursivas.

Se nos inscrevemos numa determinada perspectiva feminista, retomando as caracterizações de Rago (1998), que proponha a desconstrução “das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais”, pensando a mulher não “como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes”, julgamos a necessidade de privilegiar o “jogo” linguístico que designa, pela linguagem, “a mulher” na

teoria feminista. Isso significa notar que as determinações postas em disputa (e litígio entre as FD antagonistas), “cisgênero” e “transgênero”, fazem funcionar formas distintas de designar “mulher” no espaço discursivo. Formas estas, enquanto reivindicadas nos seus registros positivos, simbolizam sim a desconstrução de uma categoria pretensamente homogênea e universal, mas igualmente estruturante e necessária na constituição de uma “nova” unidade, não tomada necessariamente como absolutamente coerente e fechada sobre si mesma; unidade esta que esta na base da própria fundação de um discurso transfeminista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas: as não coincidências do dizer. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1998.

_____. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). Cadernos de estudos lingüísticos, v. 19, 2012.

_____. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2004.

BALDINI, Lauro. J. S. ; MILÁN-RAMOS, José Guillermo . Algumas notas sobre o significante, o acontecimento e a singularidade. Cadernos de Estudos Lingüísticos (UNICAMP), Campinas, v. 1, p. 59-70, 2000.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. Dossiê (In) visibilidade trans. História Agora, São Paulo, edição especial, v. 1, n. 14, 2013.

GREEN, Chris. 'Cisgender' has been added to the Oxford English Dictionary. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/incoming/cisgender-has-been-added-to-the-oxford-english-dictionary-10343354.html?origin=internalSearch>. Acesso em 25/06/2015.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. A palavra: forma e sentido. Campinas: Pontes, p. 77-96, 2007.

_____. Semântica e pragmática. In: Introdução às Ciências da linguagem: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, p. 115-146, 2006.

_____. A Enumeração. Funcionamento Enunciativo e Sentido. Cadernos de Estudos Lingüísticos, v. 51, n. 1, 2011.

_____. Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP. Pontes, 2ª edição, 2005.

JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. Cronos (Natal. Impresso), v. 11, p. 8-19, 2010.

LOPES, Ízis Moraes. Quem pode definir os critérios de original e de cópia?: sobre ser mulher nos debates entre feministas radicais e transfeministas em 2012. Pós-Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 13, n. 1, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos; tradução Sírio Possenti – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Novas Tendência em Análise do Discurso; tradução Freda Indurksy. Campinas, SP. : Pontes : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997.

_____. Registro: as três facetas do polêmico. In: Doze Conceitos em Análise do Discurso. São Paulo : Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Sheila. E. de . O Dicionário inFormal e a relação do falante com a língua. Revista da ANPOLL (Online), v. 1, p. 262, 2014.

ORLANDI, Eni. Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico – 6a Edição, Pontes Editores. Campinas, SP, 2012.

_____. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 6a Edição. Campinas: Pontes, 2011.

PISCITELLI, Adriana G. . Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). Gênero e ciências humanas, desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998, v. , p. 49-67.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

SOBRE A AUTORA

Beatriz Pagliarini Bagagli graduou-se em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Campinas em 2015.

Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria queer, gênero e transfeminismo.

SOBRE A TL224 PUBLICAÇÕES

TL 224 é um selo do Setor de Publicações do Instituto de Estudos de Linguagem, destinado a publicar monografias premiadas e textos literários produzidos pela comunidade da Unicamp. Toda a produção editorial é realizada por alunos dos cursos de Estudos Literários e Letras da Universidade Estadual de Campinas.

A equipe TL 224 agradece o apoio da direção do IEL, da coordenadora do curso de Estudos Literários, Daniela Birman, do supervisor do Setor de Publicações, Esmeraldo Santos, além do cuidadoso acompanhamento e auxílio da professora Márcia Abreu, da revisora da Editora Unicamp, Beatriz Marchesini, e da estagiária Larissa de Assumpção em todo o processo editorial.